



A Fachada Como Condicionante Projetual

Reabilitação de um edifício no centro da cidade de Espinho

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
2018/2019

Orientado pelo Prof. Doutor Nuno Lacerda Lopes
Sara Zamith Soares Teixeira

O corpo de texto da presente dissertação encontra-se escrito em português, obedecendo ao novo Acordo Ortográfico.

As citações de língua estrangeira foram alvo de tradução livre pela autora. Algumas das imagens apresentadas foram recortadas e/ou sofreram alterações de cor relativamente às originais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Prof. Doutor Nuno Lacerda Lopes, por todo o apoio, partilha de conhecimento, mas essencialmente pela forma clara, prática e humana como acompanhou este processo.

Aos meus amigos, agradeço todo o apoio, paciência e força que me transmitiram durante este período.

À Rita pela amizade permanente. À Susana pela ajuda incondicional. À Rita e ao Ricardo pelo otimismo, pela motivação e, especialmente, pelos bons momentos. À Filipa, pela compreensão, pela ajuda e pela amizade.

À minha família, um exemplo de simplicidade, união e confiança.

Aos meus tios e aos meus primos, por me mostrarem que o melhor que temos são os pequenos momentos em que podemos estar juntos. Por estarem sempre atentos e presentes.

Aos meus avós, por serem um grande apoio. Por demonstrarem o seu orgulho durante todo o meu percurso.

Ao Pedro, pela paciência e pelo apoio constante. Pelo carinho. Pelo amor. Por ser o meu equilíbrio e a minha calma. Por tudo.

À minha irmã, por me mostrar o lado mais simples das coisas. Pelo exemplo de coragem e, ao mesmo tempo, de sensibilidade.

Aos meus pais, por acreditarem em mim. Por me terem ensinado a agarrar os princípios de educação, simpatia e dedicação aos outros.

À minha mãe, pela tranquilidade e conforto. Por ser um exemplo de confiança e, sobretudo, de independência.

E por último, ao meu pai, por me ensinar que os sonhos se concretizam com trabalho e dedicação. Por ser um exemplo de humildade e determinação, de talento sem vaidade.

Obrigada.

RESUMO

A dissertação ***A Fachada Como Condicionante Projetual: Reabilitação de um Edifício no Centro da Cidade de Espinho*** consiste no desenvolvimento de uma proposta de intervenção num edifício do início do século XX, no centro da cidade de Espinho.

Todo o processo tem como objetivo responder ao pedido de um cliente real, que pretende desenvolver uma casa para a sua velhice, com todas as condicionantes subjacentes.

Apesar do estado de degradação do objeto de estudo, o cliente solicita também a possibilidade de preservar a fachada nascente como forma de prolongar a ligação que tem com o edifício e homenagear a sua história, que descreveremos no decorrer desta dissertação.

Tendo este pedido como ponto de partida, procurámos perceber de que forma faria sentido manter este elemento isolado e utilizá-lo como princípio de toda a proposta, tentando alcançar a melhor solução para relacionar uma nova linguagem com o preexistente, sem cair em fachadismos ou imitações forçadas.

ABSTRACT

The dissertation ***The facade as a Projectual Constraint: Rehabilitation of a Structure in the City Centre of Espinho*** consists in developing an intervention plan on a 20th century building in the centre of Espinho.

The aim of the whole process is to address a real client's request to develop a house for his old age and take into consideration all the inherent constraints.

Despite the degradation of the object of study, the client also requests the possibility of maintaining the facade facing East to continue his long-lasting connection with the building and honor its history which we will describe throughout this dissertation.

This request became our foundation and starting point. We tried to understand in what way it would make sense to maintain this isolated element and use it as the beginning of the whole project and find the best solution to combine a new architectural language with the pre-existing one without falling into facadisms or forged imitations.

ÍNDICE

Introdução	13
Metodologia	17
I. Sobre a Cidade	
1.1. Intervir na cidade	25
1.2. Espinho	27
1.3. Objeto de estudo	41
Implantação	
Registo histórico	
II. Sobre o Projeto	
2.1. Levantamento	55
2.2. Cliente: programa e condicionantes	63
III. Sobre a Fachada	
3.1. A fachada como condicionante projetual	73
3.2. O fachadismo como prática de intervenção	77
Exemplos de edifícios na cidade	
3.3. Uma alternativa ao fachadismo	83
Casa Cristina Silva, Arq. José Gigante	
3.4. Da fachada à proposta final	99
IV. Sobre a Proposta	
4.1. Processo de projeto	107
4.2. Proposta de intervenção	119
4.3. Soluções construtivas	137
Considerações Finais	141
Bibliografia	143
Iconografia	149
Anexos	157

INTRODUÇÃO

A cidade de Espinho usufrui do raro privilégio de ser distinta pela sua malha urbana. Não é frequente que a respeito de um aglomerado urbano, uma das primeiras imagens que surja no pensamento de alguém seja o conjunto das características das suas ruas. No caso de Espinho, se a praia, o casino, ou a feira são elementos geralmente presentes numa referência à cidade, também o são as suas ruas numeradas e organizadas paralela e perpendicularmente. Um passeio por Espinho, mesmo de uma forma desatenta, é marcado por estas realidades, acabando o visitante, ou morador, por se sentir desconfortável quando abandona o sistema da ortogonalidade.

A presente dissertação concentra-se num edifício situado na rua 12, um edifício sem valor patrimonial ou de exceção, onde o miolo se encontra em pleno estado de ruína. Assim sendo, e falando de uma dissertação que pretende responder a um projeto solicitado por um cliente real, estamos limitados pelas condicionantes que este nos sugere - uma delas, que consideramos predominante, é a preservação da fachada nascente, com a qual o cliente tem uma relação particular. Assim sendo, tal como defende Adolf Loos, se *“a arquitetura desperta sentimentos no homem (...) o dever do arquiteto é precisar esse mesmo sentimento.”*¹

A partir deste pedido, achámos que a questão da fachada como condição para a elaboração do projeto poderia desencadear várias questões importantes e cruciais, tendo em conta a forma incoerente e inconsequente como se reabilita nos dias de hoje. Para comprovar este problema, apresentámos vários exemplos na cidade de Espinho que, na nossa opinião, não deverão ser considerados exemplos a seguir.

É depois da observação atenta de alguns destes casos e de decidirmos que poderia ser desafiante a conservação da fachada, que começámos o processo de projeto, onde procurámos que o “novo” se ajustasse em

¹ LOOS, Adolf - *Escritos II 1910 – 1931*, Madrid: El Croquis Editorial, 1993, p. 34.

harmonia com o preexistente, sem fachadismos ou *“imitações forçadas das [fachadas] originais”*².

A reabilitação - reconstrução/ampliação - deste edifício, considerando o seu estado de degradação e o programa sugerido pelo cliente, traduz-se numa grande transformação e, acima de tudo, numa extrema responsabilidade projetual, onde a arquitetura tenta corresponder às necessidades do dia-a-dia, para que o edifício *“volte a dizer algo e que o diga numa determinada direção”*³, com um profundo respeito e sensibilidade pela sua memória.

*“Cada obra de arquitetura, como sabemos, é sempre primeiramente uma resposta a um problema, a um problema prático bem definido. Toda a boa arquitetura afirma-o com clarividência e tenta demonstrá-lo. É o problema o teste definitivo da obra. O problema prático é o padrão do trabalho bem feito. É o problema prático e não a forma o verdadeiro adversário no trabalho.”*⁴

² AGUIAR, José – *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*, Porto: FAUP Publicações, 2002, p. 137.

³ SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Intervenciones*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2006, p. 15.

⁴ GRASSI, Giorgio – *Questioni di progettazioni in Architettura lingua morta, Quaderni di Lotus*, Milano: Electa Spa, 1988, p. 25.

METODOLOGIA

O objeto de estudo desta dissertação prende-se com a definição da proposta de intervenção de um edifício no centro de Espinho. O trabalho surge como um exercício teórico-prático, que se materializa numa proposta de reabilitação do edificado, cujas condicionantes assentam em questões reais. Entendemos que a procura da força num projeto de reabilitação advém de um longo processo de investigação, onde o conhecimento do objeto de estudo e de todas as condicionantes subjacentes são fundamentais. Nesta perspetiva, estruturámos o nosso trabalho segundo quatro capítulos, onde fazemos uma aproximação gradual ao edifício, partindo do geral para o particular.

Numa primeira parte, achámos essencial conhecer a história da cidade onde se encontra o objeto de estudo – Espinho. A sua peculiaridade a nível urbanístico e a indefinição que passa nos dias de hoje, aumentam a responsabilidade no ato de reabilitar um edifício que lhe pertença. Neste capítulo, vamos também expor a implantação do objeto de estudo no centro urbano e apresentar um pouco da sua história, que descobrimos passar por duas fases de construção.

O segundo capítulo, “Sobre o Projeto”, fixa-se essencialmente no levantamento fotográfico e métrico do objeto de estudo e da sua envolvente próxima nos dias de hoje e expõe as particularidades do pedido feito pelo cliente – pedido este que vai influenciar e direcionar toda a dissertação.

O terceiro capítulo é exclusivamente direcionado para a fachada, objeto crucial no desenvolvimento da proposta de intervenção.

Em primeiro lugar, evidenciámos as hesitações projetuais que o ato de preservação da fachada nos traz quando é feito de uma forma isolada, ou seja, quando o miolo da preexistência não está em condições de ser conservado. Este tema leva-nos a explicar o modo como o processo de elaboração do projeto foi ponderado para que a fachada faça sentido num todo, reconhecendo na nova estrutura um profundo respeito e sensibilidade pela memória do edifício – o que consideramos não acontecer em muitas

das reabilitações feitas na cidade, das quais vamos revelar alguns exemplos.

Ainda neste capítulo, vamos apresentar um projeto que nos parece ser uma boa reabilitação, coerente e consequente, ao qual nos apoiámos para o desenvolvimento da proposta final – uma alternativa ao fachadismo enquanto forma de intervenção e de modernização do edificado existente.

No capítulo quatro, filtrámos as atenções para o processo criativo e para o pensamento e processo projetual, que nos permitiu chegar a uma solução que consideramos consolidar todas as questões e temáticas expostas nesta dissertação. Apresentamos a proposta final e as soluções construtivas.

I. SOBRE A CIDADE

“As cidades cresceram e crescem pelas oportunidades reais ou ilusórias que oferecem, pela esperança, de algum modo confirmada, numa existência mais justa e universalmente prometedora.

Não crescem em imediata beleza. A beleza revela-se por lenta e longa acumulação e seleção.

A cidade é a um tempo lugar protegido e aberto, lugar de intercâmbio e de preservação das mais fundas raízes, onde se associam estabilidade e mudança, acesso à cultura e violência.”

SIZA, Álvaro – *Porquê um arquiteto e porquê eu?* in *01 textos*, Porto: Civilização Editora, 2009, p. 137.

1.1 | INTERVIR NA CIDADE

O projeto de reabilitação de um edifício acarreta sempre uma responsabilidade de respeito pelo espaço coletivo e pela memória da cidade.

A cidade, antes de mais, é um lugar onde a condição humana se expressa. Assim sendo, considera-se que a cidade procura responder a uma sociedade que vai mudando ao longo do tempo.

“A arquitetura (...) forma a realidade e conforma a matéria segundo uma concepção estética. E, assim, ela mesma é não só o lugar da condição humana, como até uma própria parte desta condição, que se representa na cidade e (...) em todos os factos urbanos que emergem do espaço habitado.”⁵

Apesar da reabilitação de uma casa ser considerada uma intervenção de pequena escala no contexto urbano, é crucial para o processo de projeto compreender a forma construída da cidade e o facto da intervenção também contribuir para a sua transformação. A intervenção tem naturalmente implicações no contexto urbano e social e, consequentemente, acarreta uma responsabilidade acrescida na solução encontrada. Tal como defende Fernando Távora, *“antes de arquiteto, o arquiteto é homem, e homem que utiliza a sua profissão como instrumento em benefício de outros homens, da sociedade a que pertence.”⁶*

Deste modo, o estudo da história da cidade e o ato de projetar devem estar dialeticamente relacionados, de forma a contribuir para a salvaguarda da sua memória. Assim como afirma Ruskin, *“a arquitetura é o único meio que dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos a nossa identidade”*.

⁵ ROSSI, Aldo – *A Arquitetura da Cidade*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p. 50.

⁶ TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*, Porto: Faup Publicações, 2006, p.74.



Fig. 1 | Espinho no séc. XIX | Rua do Cruzeiro (Rua 2)



Fig. 2 | Espinho no séc. XIX | Praça da Nossa Senhora da Ajuda

1.2 | ESPINHO

Situado no litoral de Portugal, Espinho é um dos onze concelhos do distrito de Aveiro, que faz fronteira a Norte com Vila Nova de Gaia, a Sul com Ovar, a Nascente com Santa Maria da Feira e a Poente com o Oceano Atlântico. O concelho de Espinho compreende uma área de aproximadamente 21 km² e, além da cidade de Espinho⁷, é constituído pelas freguesias de Anta, Guetim, Paramos e Silvalde.

A cidade revela-se como núcleo central, onde se desenvolvem maioritariamente as atividades política, económica e comercial, em oposição às freguesias que apresentam características mais rurais.

Marcada por uma superfície homogénea e plana, destacam-se as praias abundantes de peixe, com poucas ondulações, razões que influenciaram a sua primeira ocupação.

Antes de 1736, os pescadores naturais de Ovar acomodavam-se junto à costa ao longo de alguns períodos do ano e *“durante a sua estadia, abrigavam-se debaixo dos barcos com o bojo virado para cima.”*⁸ Só desde 1758 apareceram as primeiras construções, sobretudo em madeira, implantadas de forma desorganizada e irregular no próprio areal, à volta de um espaço amplo – Praça Velha/Largo d’Ajuda⁹ – que funcionava como centro.

Espinho, que até à data era apenas ocupado por pescadores e alguns comerciantes que viviam dos recursos do mar, revela-se como um ponto de interesse turístico com o aproveitamento das águas salgadas para efeitos de saúde e de divertimento, levando inúmeras famílias do interior a deslocarem-se, especialmente no período do verão, para usufruir dos “banhos do mar”¹⁰.

⁷ Denominação adquirida a 16 de Julho de 1973.

⁸ QUINTA, João – *Espinho: Câmara Municipal de Espinho*. Edição do Autor, Espinho, 1999, p. 14.

⁹ Espaço correspondente, atualmente, à área a poente da piscina (praia e área submersa).

¹⁰ No séc. XIX que os “banhos” passam a ser encarados como uma terapêutica medicinal de carácter preventivo, já que se acreditava que revitalizavam os músculos e que ao moderar a transpiração, contribuíam para a diminuição da incidência de doenças essencialmente do foro respiratório.

Em 1863, a cidade passa a contar com o principal meio de transporte da época, devido à construção do caminho-de-ferro entre Vila Nova de Gaia e Ovar. Contudo, a construção da estação ocorreu apenas em 1870. Esta seria uma condição decisiva para o desenvolvimento e crescimento da cidade, ao solucionar a fraca acessibilidade das formas de comunicação que existiam.

No final do século XIX, Espinho inicia uma fase de avanços e retrocessos na evolução do seu conjunto devido às consecutivas invasões do mar - “*A nós, o Mar levou-nos tudo, até à raiz: as igrejas, as casas, os palheiros, as praças, as ruas, as vielas. Todo o nosso Centro Histórico foi tragado pelas ondas (...) Não há uma rua, um marco, um pelourinho, que nos guie nos caminhos da antiguidade.*”¹¹

O maior impulsionador do aglomerado transformou-se, com o passar do tempo, num adversário cada vez mais forte que levou ao desmoronamento do núcleo primitivo e à drástica diminuição do areal. Entre 1866 e 1911, a área reconhecida entre os caminhos-de-ferro e o mar passou de 450 metros para 140 metros. À medida que o mar se aproximava dos caminhos-de-ferro e, como consequência, diminuía a área de implantação do aglomerado, os habitantes aumentavam consideravelmente, verificando-se a necessidade de repensar o território, tal como a sua expansão.

A partir da segunda metade do século XIX foram desenvolvidos três planos que se sobrepuseram e originaram o presente desenho da cidade.

O primeiro plano (*fig. 3*) nasce com o *Projeto d'Arruamentos para Edificações*, em 1866. Através da planta consegue reconhecer-se a intenção de adequar uma malha ortogonal, influenciada pela configuração dos caminhos-de-ferro, à estrutura preexistente de fisionomia altamente irregular, de forma a ordenar os arruamentos e as construções.

Ainda que na época já existissem construções de pedra e cal, no plano foram apenas representadas as construções de madeira e os palheiros¹², relativos ao núcleo primitivo, e um edifício religioso no Largo d'Ajuda.

¹¹ MIGUEL, Fernanda – *O primeiro autarca de Espinho e Memórias antigas 1889*, Claret Editora, Porto, 1999, p.12.

¹² Casas de pescadores, de madeira, assentes ou não sobre estacas e com cobertura de estorno.

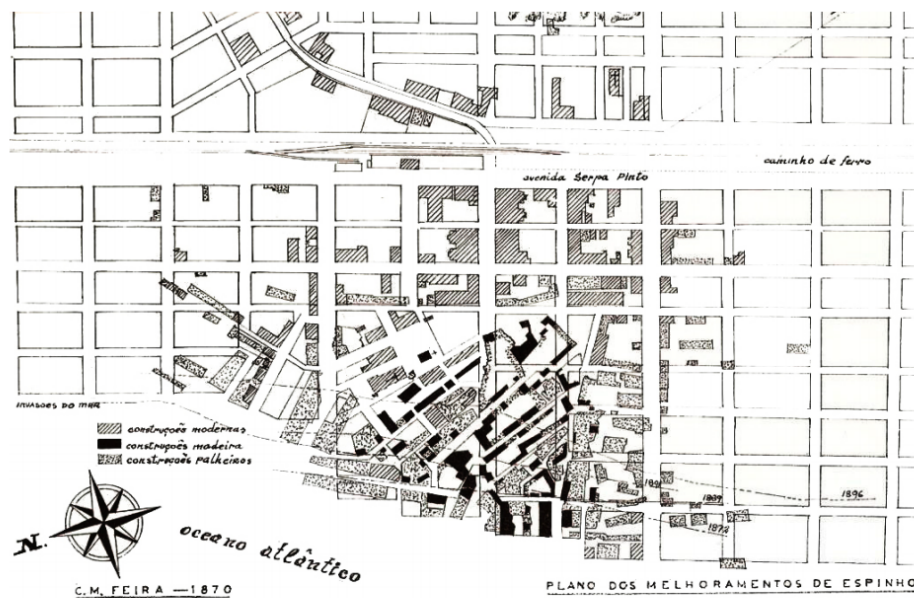


Fig. 4 | Plano de 1870

É fundamental mencionar a importância que já se reconhecia na rua Bandeira Coelho, atual rua 19, identificando-se como um eixo que determina uma relação direta entre o lado Nascente dos caminhos-de-ferro e o mar, apesar dessa ligação ser feita de forma sinuosa no aglomerado primitivo. Este será um aspeto crucial para a composição da estrutura da cidade.

O segundo plano (*fig. 4*) surge no início da década de 70 do século XIX. O Engenheiro Bandeira de Melo, por iniciativa própria, desenhou um plano baseado na planta de 1866, com o objetivo de redesenhar e adaptar o núcleo primitivo numa malha ortogonal. Entre os dois planos, observa-se um aumento significativo de construções, que ultrapassaram os limites da planta de 1866. Este plano considerou as construções existentes, principalmente de pedra e cal, que condicionaram a definição das ruas e dos quarteirões, adaptando a lógica de quarteirão regular, mas preservando a forma orgânica do aglomerado inicial. Para a sistematização do núcleo foi inevitável a demolição de alguns palheiros vistos como insignificantes para o desenvolvimento da nova estrutura urbana, tendo em conta a sua fragilidade construtiva. Além da progressão do núcleo primitivo e do seu crescimento ao longo da costa, o plano considerava também a continuidade da malha regular no espaço a Nascente dos caminhos-de-ferro. Com base na planta, conseguimos reconhecer a existência de duas diagonais que condicionaram a introdução de uma malha totalmente regular. A diagonal de maior importância, atual rua 62, refere-se à primeira via de ligação entre Espinho e o Porto, apresentando já diversas construções, enquanto a diagonal que avançava para Sul não passava de uma intenção para uma futura ligação entre Espinho e a Vila da Feira.

Em 1880, o mesmo engenheiro desenvolveu uma reformulação do plano a Nascente dos caminhos-de-ferro, que resultou na subtração de algumas vias e, consequentemente, no aumento da proporção dos quarteirões. O Engenheiro Bandeira de Melo procurou no seu plano salvaguardar a essência do aglomerado existente e uma coerência com a sua expansão, tentando unificar o território.

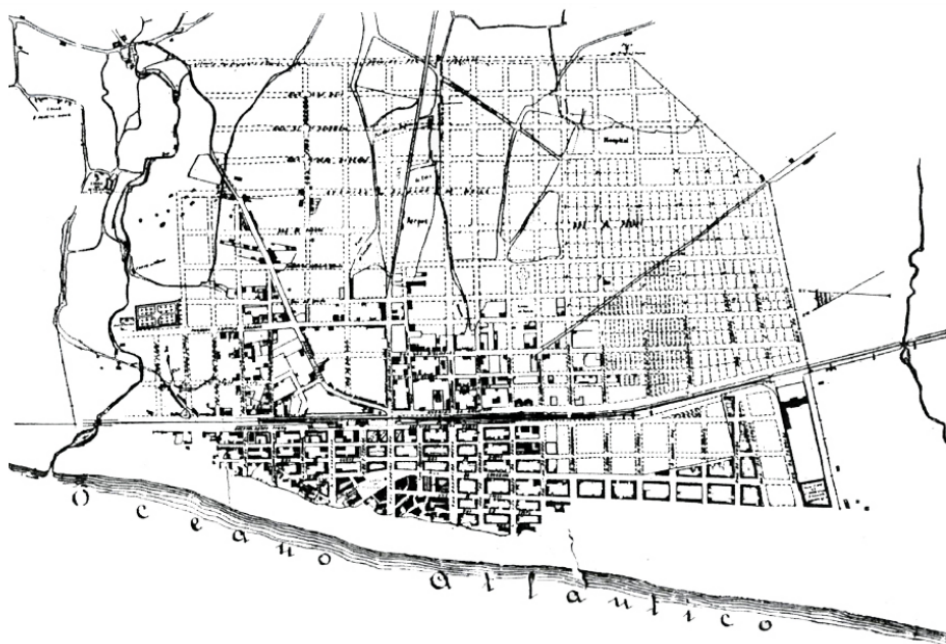


Fig. 5 | Plano de 1900



Fig. 6 | Planta de 1933

O terceiro plano nasce em 1900 (*fig. 5*), um ano depois de Espinho se tornar concelho e sede do município. Nesta fase, o lado Poente dos caminhos-de-ferro estava praticamente estabelecido, mas, devido aos consecutivos avanços do mar, que já tinham eliminado uma extensa parte do núcleo original, desenvolveu-se um plano com o objetivo de deslocar o aglomerado e os respetivos equipamentos para o lado Este dos caminhos-de-ferro.

Baseando-se na planta existente, o Engenheiro Augusto Júlio de Bandeira Neiva apresentou uma malha ortogonal conforme os alinhamentos existentes, incluindo toda a extensão da freguesia de Espinho.

Ainda que a planta manifeste uma sólida estrutura ortogonal, os quarteirões apresentam uma grande diversidade relativamente à sua dimensão e proporção, não havendo um “quarteirão tipo”. Esta diferença relaciona-se com a necessidade de conciliar a nova estrutura às construções e quarteirões preexistentes e, em determinadas situações, graças à futura implantação de equipamentos, como por exemplo o Parque, que abrange o quarteirão de maior dimensão.

Para além do Parque, previa-se a construção de equipamentos como um hospital, um mercado, um cemitério, um espaço para uma feira e uma igreja. Em termos de localização, percebe-se, ao longo da Rua 19, uma certa centralização das funções administrativa, comercial e de lazer, enquanto o hospital e o cemitério se encontram na periferia.

De forma a assegurar a execução do plano, a câmara lançou um conjunto de restrições ao nível do preenchimento dos quarteirões, proibindo construir nos logradouros e a construção em madeira à face da rua.

Este conjunto de princípios desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento e organização do território, dando origem ao processo de urbanização de Espinho.

Na primeira metade do século XX, ocorreu um surto de construções, que se guiaram pelos critérios de implantação previstos no plano, principalmente de famílias abastadas que se alojaram definitivamente, incluindo brasileiros de torna-viagem que construíram autênticas casas apalaçadas, rompendo com o simples edificado da época, onde podemos enquadrar o nosso objeto de estudo.



Fig. 7 | Espinho no séc. XX | Rua Bandeira Coelho (atual rua 19)

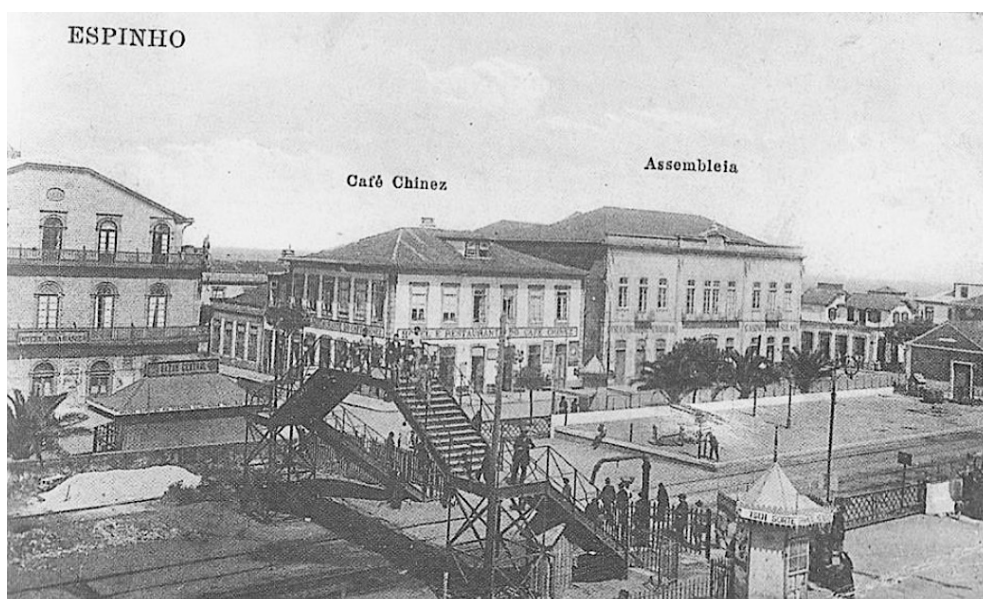


Fig. 8 | Espinho no séc. XX | A passerelle (atual Avenida 8)

Este plano modificou por completo a cidade de Espinho, que deixou de ser considerada uma comunidade de pescadores e uma estância balnear, com um desprovido património arquitetónico, para se transformar numa vila moderna ativa.

“Tudo novo - ruas, jardins, praças, pérgolas, vivendas, hotéis. Até a matriz - esta, a de agora, meia encosta, abençoando céu e terra lá de cima, sem excluir o mar que lhe profanou as irmãs. Tudo novo. Até o Casino, - agora, sob o regime do jogo condicionado [...]. Tudo novo. Até as banhistas - Pudera! Se enfeitassem a praia de hoje com banhistas velhas, eu mesmo, que sou velho, batia em retirada. Banhistas novas, novas no frescor da juventude e no frescor da indumentária.”¹³

Atualmente, Espinho é uma cidade que se encontra em permanente mudança e expansão, num processo que opera essencialmente sobre o seu núcleo urbano e sobre as construções já existentes, contudo, conservando a malha urbana como matriz constante (fig.10). Para além dos delineamentos, mantém-se ainda a maior parte dos equipamentos pressupostos no *Plano de 1900* (fig. 5), originando-se outros ao longo do tempo, conforme as necessidades dos habitantes e da cidade. A Biblioteca, o Centro Multimeios e o Tribunal são exemplos que se destacam na presente malha urbana. Ainda que os limites dos quarteirões se mantenham inalterados, o desenho do seu interior vai-se moldando e refazendo com o crescimento da população, onde verificamos a substituição gradual dos edifícios unifamiliares por edifícios de habitação plurifamiliar, aumentando a densidade da cidade.

No entanto, à medida que a cidade evoluiu e cresceu, percebeu-se que os espaços públicos se tornaram desproporcionais. A Marginal, a Alameda 8, a Rua 19 e o centro constituem os principais espaços públicos da cidade, onde se encontram as zonas de estar, de lazer, e comercial. A Marginal, em consequência das suas características, é o espaço público de maior

¹³ COSTA, Sousa – *Espinho: A Praia das Nossas Avós; A Praia das Nossas Netas*. Porto, 1949, p. 32.



Fig. 9 | Requalificação da Avenida 8 | Agosto 2019

concentração na cidade, especialmente na época balnear. O rebaixamento da linha-férrea¹⁴ e, como consequência, a criação da Alameda 8 (*fig. 9*), tal como a construção da Praça do Mar, motivaram uma centralização das zonas de lazer e de estar junto ao mar.

Em oposição, o centro foi ocupado com equipamentos institucionais, provocando uma diminuição considerável do parque S. João de Deus, reduzindo-o a metade da área original devido à construção da Biblioteca Municipal.

A Marginal e o centro estão ligados pedonalmente através da Rua 19, que compreende o maior fluxo de comércio de rua da cidade de Espinho.

¹⁴ A antiga estação foi encerrada e substituída por uma estação subterrânea, que iniciou o funcionamento a 4 de Maio de 2008.



Fig. 10 | Planta atual do centro da cidade | Principais vias, serviços e zonas de lazer



Fig. 11 | 1 | Centro Multimeios



Fig. 12 | 2 | Avenida 8 - Estação



Fig. 13 | 3 | Igreja



Fig. 14 | 4 | Câmara Municipal



Fig. 15 | 5 | Marginal



Fig. 16 | 6 | Marginal - Casino



Fig. 17 | 7 | Rua 19



Fig. 18 | 8 | Biblioteca Municipal

1.3 | OBJETO DE ESTUDO

IMPLANTAÇÃO

O objeto de estudo da presente dissertação situa-se no quarteirão entre as ruas 10, 12, 27 e 29 (*fig. 21*), estando inserido no Conjunto de Interesse Arquitetónico e Urbanístico da Cidade de Espinho¹⁵ e na ARU do Litoral da Cidade de Espinho¹⁶.

O lote em que se insere é retangular e preenche toda a largura do quarteirão, sendo a fachada principal¹⁷ voltada para a Rua 12 e a fachada tardoz voltada para a Rua 10. Esta particularidade permite-nos ter pontos de acesso ao edifício através de duas ruas paralelas, o que se torna um fator facilitador a nível de acessibilidade.

O lote tem cerca de 8 metros de largura por 18 metros de comprimento (aproximadamente 144m²), sendo que 5 metros correspondem ao logradouro. A área construída é, então, de 8 por 13 metros, que se multiplicam por dois pisos, resultando em cerca de 210m².

Relativamente às cotas, existe uma diferença de cerca de 1 metro em relação às duas ruas que desenham os limites Este e Oeste.

No nosso ponto de vista, o edifício situa-se num ponto de tensão entre as diferentes arquiteturas que o contornam.

Na Rua 12 (*fig. 19*), o prédio a norte, construído recentemente, afasta-se das restantes construções, parecendo até descontextualizado a nível do desenho do seu alçado. Já a Rua 10 (*fig. 20*), é caracterizada por uma grande ambiguidade e indefinição, tendo em conta que compreende algumas fachadas principais, mas também logradouros de alguns dos lotes. Assim sendo, deparamo-nos com a possibilidade de utilizar a nossa proposta como elemento de estabilização e redefinição nas duas frentes do quarteirão.

¹⁵ Referido no Plano Diretor Municipal.

¹⁶ ARU – Área de Reabilitação Urbana. “Área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.” [https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/aru_vermais.html]

¹⁷ Considera-se a fachada principal aquela que não está voltada para o logradouro.

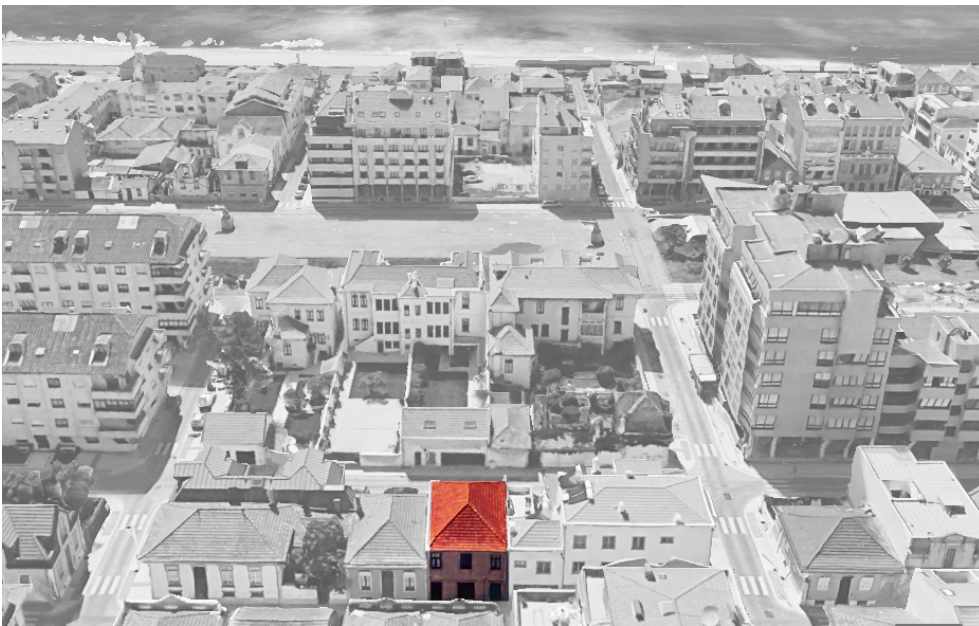


Fig. 19 | Implantação do objeto de estudo | E-O



Fig. 20 | Implantação do objeto de estudo | O - E



Fig. 21 | Implantação do objeto de estudo

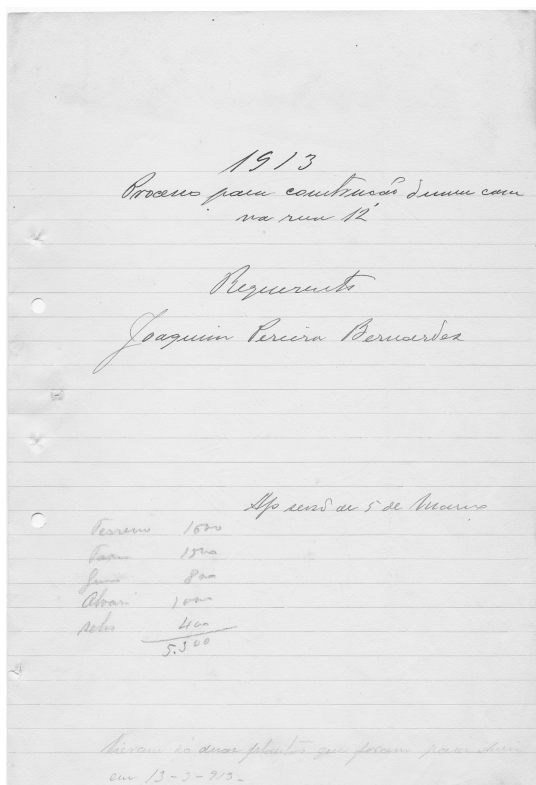


Fig. 22 | Processo para construção | 1913

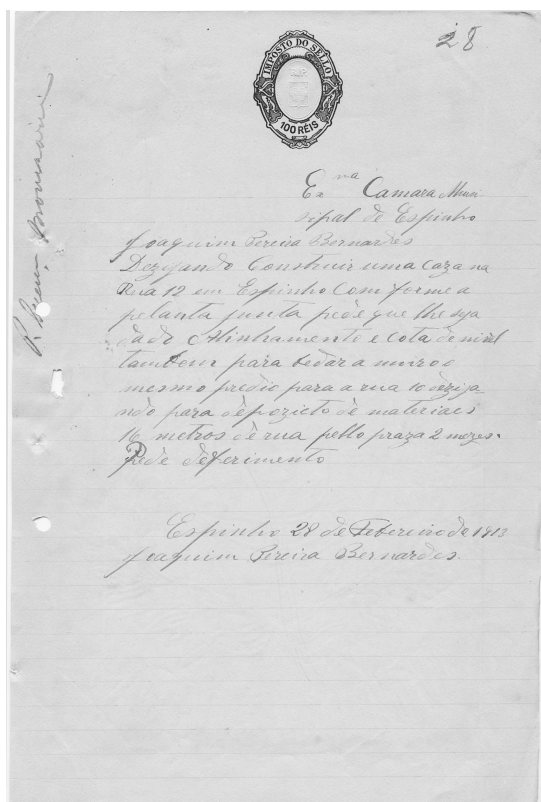


Fig. 23 | Processo para construção | 1913

REGISTO HISTÓRICO

Ao contrário de outras construções consideradas de valor patrimonial, o objeto de estudo não é um elemento de exceção. Assim, o seu valor não se baseia na qualidade excecional do seu desenho ou no seu importante papel na história – resume-se a um contexto que memorizamos enquanto imagem. Depois de uma procura exaustiva de informação a seu respeito, encontrámos, no Arquivo Municipal de Espinho, dois processos que nos levam a dividir a sua construção.

1ª fase¹⁸

O primeiro pedido de construção data de 28 de Fevereiro de 1913, quando o então proprietário solicita construir uma “caza” na Rua 12 conforme a planta anexa ao processo (*fig. 24*)¹⁹.

À medida que interpretámos os desenhos, percebemos que o projeto inicial era distinto do que vemos hoje em dia. Tratava-se, então, de um edifício idealizado com a função de armazém de cal, com um só piso e logradouro a poente.

A nível construtivo, assumimos que apresentava as mesmas características dos edifícios da época – estrutura em madeira e pedra. A cobertura era composta por duas águas furtadas e os dois alçados apresentavam uma clara simetria.

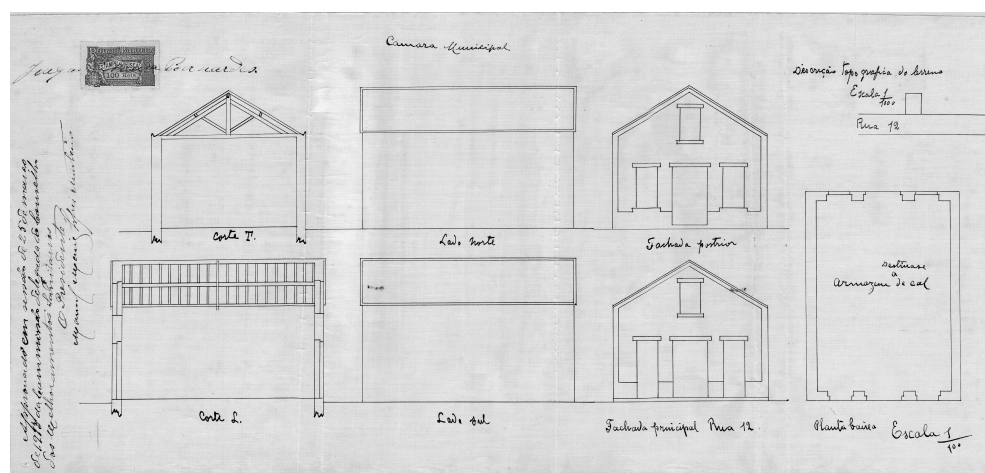


Fig. 24 | Projeto | 1913

¹⁸ Arquivo Municipal de Espinho - Pasta/Processo 1913.0325 – Joaquim Pereira Bernardes: [Licença para construção aprovada em sessão de 25 de Março de 1913]: Rua 12.

¹⁹ Disponível no **Anexo 1.1** da presente dissertação.

2º fase ²⁰

Na procura do processo que correspondesse à fisionomia atual do edifício e sabendo que “o aumento do número de pisos era uma operação frequente”²¹, percebemos que a 27 de Setembro de 1924, onze anos depois, o mesmo proprietário pede licença à Câmara Municipal do Concelho de Espinho para aumentar um piso para habitação.

Os desenhos que vemos neste requerimento (*fig. 26*)²² correspondem à expressão atual do edifício, não existindo mais documentação que comprove alterações desde esta data até então.

Do ponto de vista funcional, temos, assim, “o piso térreo como parte independente da casa, podendo ser ocupado com uma pequena oficina, como armazém ou loja”²³ - neste caso, como armazém de cal. Já o primeiro piso seria utilizado como espaço de habitação, provavelmente dos proprietários do armazém.

Em frente à porta lateral direita²⁴ dirigida para a habitação, surgiam umas escadas em “L” que davam acesso ao corredor de distribuição para todos os espaços deste novo piso – uma sala de visitas, uma sala de jantar, uma cozinha, três quartos e uma varanda onde se encontravam as escadas de acesso ao logradouro e as instalações sanitárias - “os sanitários localizavam-se a um canto das varandas das traseiras, não existindo, em muitos casos, uma divisão equipada com todos os elementos de uma casa de banho”²⁵.

Ao olhar para os desenhos dos alçados Norte e Sul, podemos também assumir que esta foi possivelmente uma das primeiras casas construídas no quarteirão (definido no *Plano de 1900*), já que os vãos indicam a existência de quatro frentes livres.

²⁰ Arquivo Municipal de Espinho – Pasta/Processo 1924.1011 – Joaquim Pereira Bernardes: [Alvará de Licença para obras de 11 de Outubro de 1924]: Rua 12, nº. 868, 870 e 874.

²¹ FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuguesa: As formas da casa na forma da cidade*, Porto: FAUP Publicações, 1999, p. 145.

²² Disponível no **Anexo 1.2** da presente dissertação.

²³ FERNANDES, Francisco Barata – op. cit., p. 145.

²⁴ Tendo como princípio a fachada principal.

²⁵ FERNANDES, Francisco Barata – op. cit., p. 172.

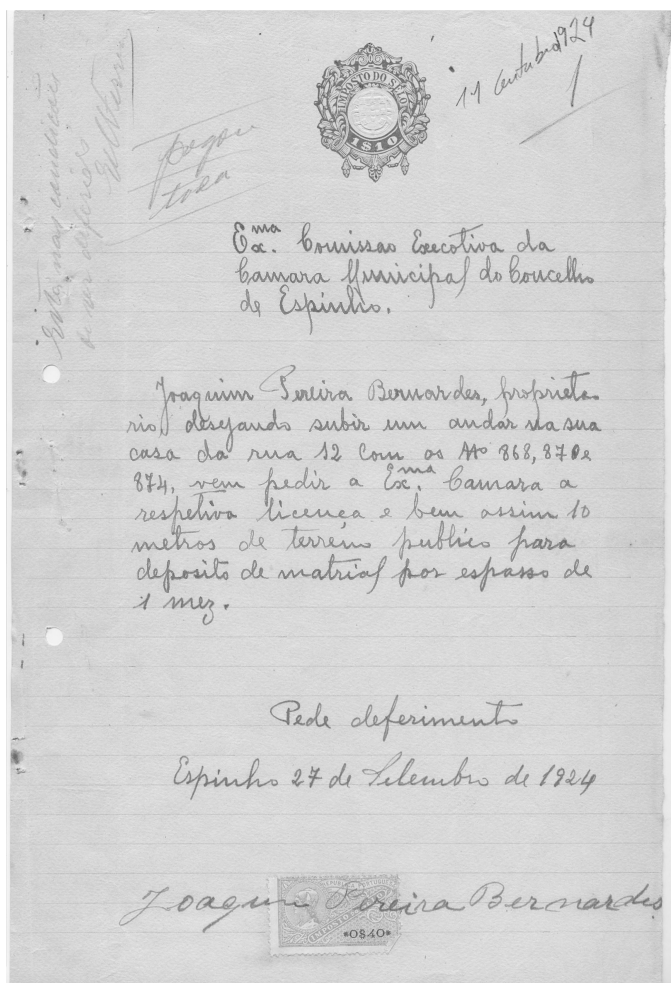


Fig. 25 | Pedido de licença para aumento | 1924

Hoje em dia, é impossível aceder ao piso superior devido ao seu estado de degradação e por questões de segurança, mas, segundo os familiares do último morador, aos quais conseguimos colocar algumas questões, parecidos, sem certezas, que os espaços que vemos nestes desenhos de 1924 se mantiveram até à desocupação da casa, há mais de vinte anos. cremos apenas que terão sido renovadas as instalações sanitárias, para que correspondessem às necessidades do período em questão.

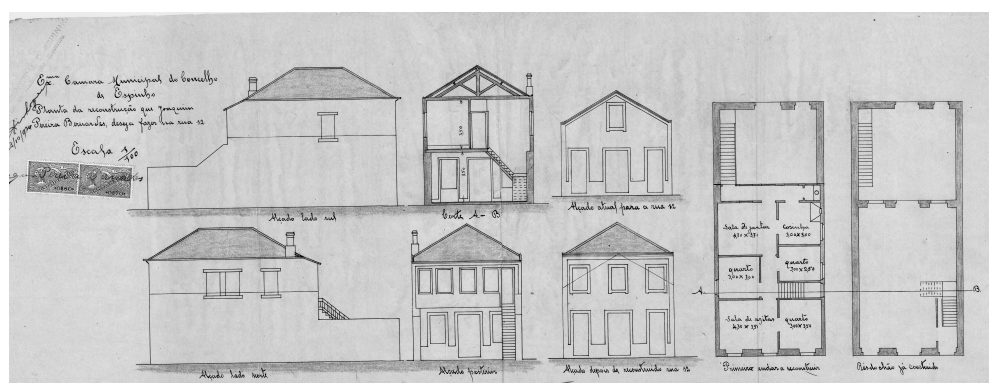


Fig. 26 | Projeto de aumento de um piso para habitação | 1924

II. SOBRE O PROJETO

“É um jogo recíproco, de dar e receber (...). Uma surpresa. Um enriquecimento. Ao falar da sua arquitetura sobressai inevitável e imediatamente o conceito de atmosfera, um ambiente, uma disposição do espaço construído que comunica com os observadores, habitantes, visitantes e, também, com a vizinhança, que os contagia. Peter Zumthor aprecia lugares e casas que cuidam do Homem, que o deixam viver bem e o apoiam discretamente. A leitura do local, a descoberta de objetivo, sentido e finalidade do projeto, o projetar, planejar e formular da obra é por isso não um processo linear, mas sim multiplamente entrelaçado.”

ZUMTHOR, Peter - *Atmosferas: entornos arquitectónicos – las cosas a mi alrededor*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2006, p.7.

2.1 | LEVANTAMENTO

Conhecer o estado do nosso objeto de estudo nos dias de hoje é importante para que possamos fazer uma proposta de intervenção que traga uma nova identidade a esta casa, adaptada ao presente e preparada para o futuro. Como defende o arquiteto Távora, *“as casas de hoje terão de nascer de nós, isto é, terão de representar as nossas necessidades, resultar das nossas condições e de toda a série de circunstâncias, dentro dos quais vivemos, no espaço e no tempo”*.²⁶

Quando decidimos intervir neste edifício, foi necessário observá-lo, estudá-lo, compreender a sua essência e a sua estrutura. Nesta perspetiva, o levantamento do existente constituiu a primeira ação do processo de projeto. Já que o seu miolo se encontra em total ruína, impossibilitando o acesso ao interior, avançámos com um processo composto por recursos fotográficos e métricos ao invólucro exterior - apresentados nas páginas seguintes - assim como com o diálogo com os proprietários, que ajudaram a esclarecer algumas dúvidas que não conseguimos clarificar no local. A investigação bibliográfica e iconográfica trouxe-nos grandes resultados, pois, como vimos no capítulo anterior, existem vários documentos que nos foram muito úteis no Arquivo Municipal de Espinho.

O levantamento da envolvente próxima foi efetuado com o apoio de fotografias, assim como de algumas medições genéricas, essenciais para o enquadramento da nova proposta.

Desta forma, todos os recursos disponíveis possibilitaram-nos a apreensão das principais características do objeto de estudo, para posteriormente pensar numa forma de intervenção. *“Na realidade, todo o problema da intervenção é sempre um problema de interpretação de uma obra de arquitetura já existente, porque as possíveis formas de intervenção que se colocam são sempre formas de interpretar o novo que o edifício pode produzir”*.²⁷

²⁶ TÁVORA, Fernando – *O Problema da Casa Portuguesa* in Fernando Távora (ed. Luiz Trigueiros), Lisboa: Blau, 1993, p. 12.

²⁷ SOLÀ-MORALES, Ignasi – *Teorías de la intervención arquitectónica* in *Intervenciones*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006, p. 15.

| Levantamento fotográfico, Rua 12 (Nascente)



Fig. 27 | Levantamento fotográfico | Rua 12 | S-N



Fig. 28 | Levantamento fotográfico | Rua 12 | S-N



Fig. 29 | Levantamento fotográfico | Rua 12 | N-S



Fig. 30 | Levantamento fotográfico | Rua 12 | Fachada Nascente



Figs. 31 e 32 | Levantamento fotográfico | Rua 12 | Fachada Nascente

| Levantamento fotográfico, Rua 10 (Poente)



Fig. 33 | Levantamento fotográfico | Rua 10 | N-S



Fig. 34 | Levantamento fotográfico | Rua 10 | N-S



Fig. 35 | Levantamento fotográfico | Rua 10 | S-N



Fig. 36 | Levantamento fotográfico | Rua 10 | Fachada Poente



Figs. 37, 38, 39 e 40 | Levantamento fotográfico | Rua 10

Levantamento métrico | Poente

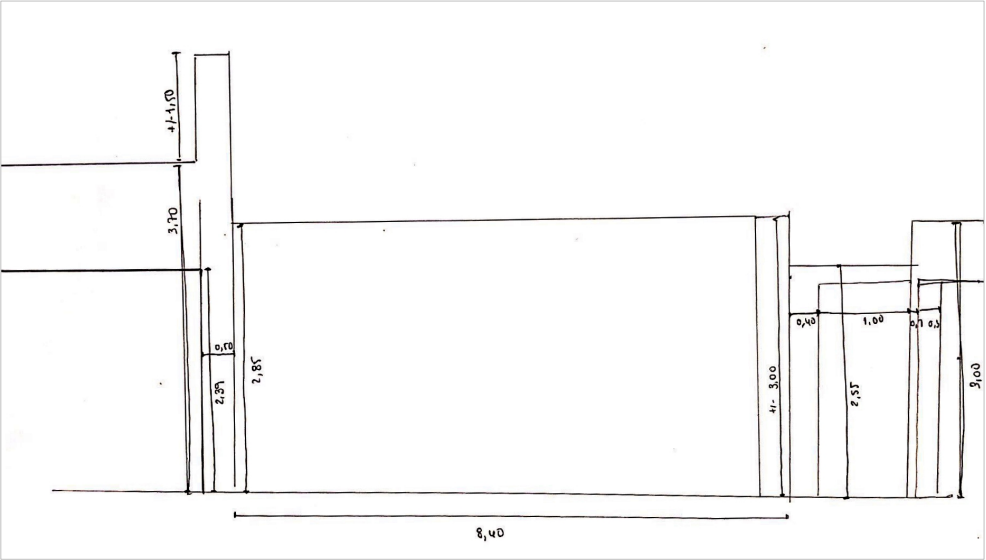


Fig. 41 | Levantamento métrico (envolvente) | Alçado Poente

Levantamento métrico | Nascente

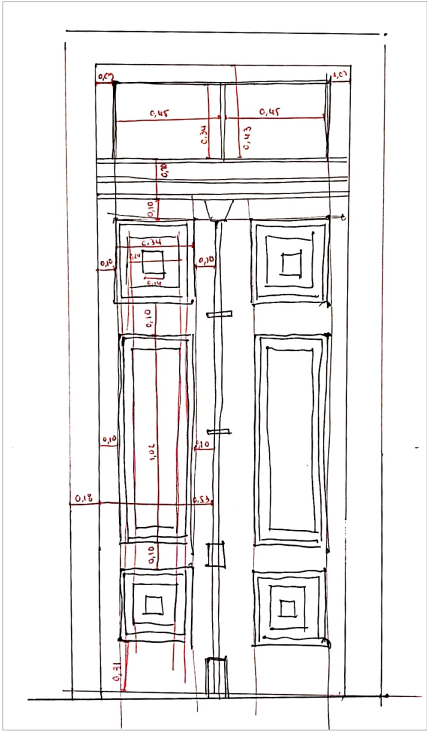


Fig. 41 | Levantamento métrico | Alçado Nascente | Porta principal

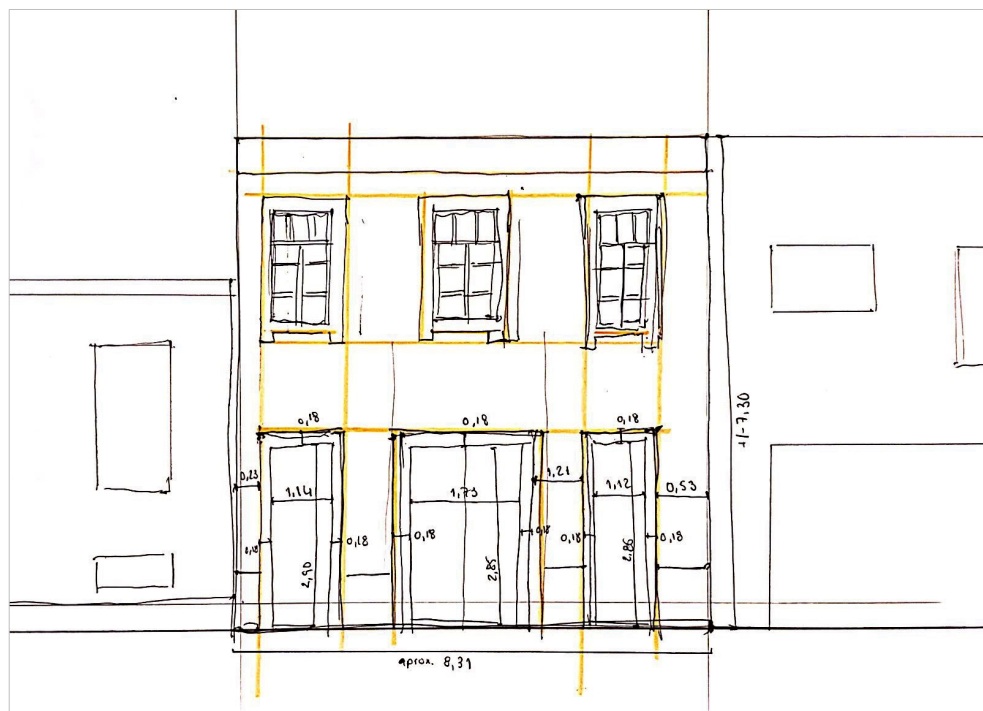


Fig. 42 | Levantamento métrico | Alçado Nascente

O desenho rigoroso do piso superior, no qual não conseguimos fazer medições, foi baseado no alçado da *fig. 26* e no levantamento fotográfico elaborado, através de fotografias ao eixo, que manuseamos e colocamos à escala -sabendo, à partida, que a altura da fachada do edifício é a mesma do edifício a Norte, ou seja, 7,30 metros.

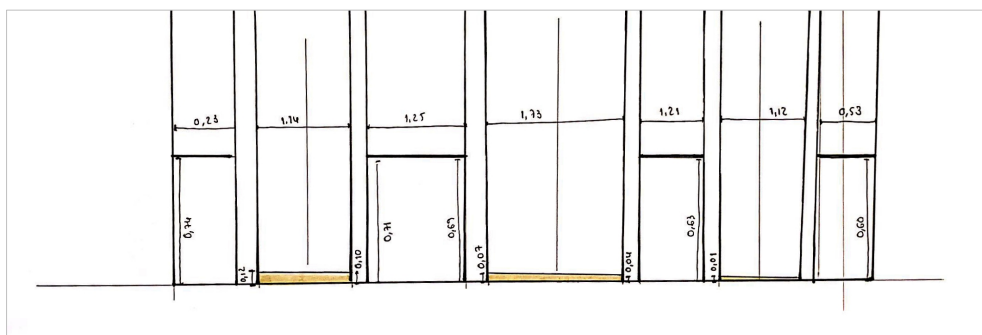


Fig. 43 | Levantamento métrico | Alçado Nascente

2.2 | CLIENTE: PROGRAMA E CONDICIONANTES

As experiências vividas num determinado lugar ficam guardadas na memória do Homem. É essa a característica do espaço: criar sentimentos, afetos, memórias, o que faz com que qualquer arquitetura tenha sempre um valor emocional para alguém. Tal como defende Adolf Loos *“a arquitetura desperta sentimentos no Homem. Por isso, o dever do arquiteto é precisar esse mesmo sentimento”*.²⁸

Segundo este pensamento, surge o cliente com a ideia de reconstruir este espaço que ficou esquecido e que se foi degradando ao longo do tempo.

O desenvolvimento de uma proposta de intervenção para este edifício fez-se sempre com o intuito de corresponder a todos os pedidos e expectativas do cliente. *“Quando se faz um edifício, há forçosamente um programa com condicionantes que temos de admitir. Esses são aliás pontos de apoio necessários. Não trabalhamos no vazio”*.²⁹

É muito importante voltar a salientar a forte relação que existe entre o cliente e o edifício, o que o leva a querer manter alguns elementos que, de alguma forma, conservem a sua expressão e a sua história, ou seja, mantêm *“algumas invariantes como elementos de continuidade”*.³⁰

A primeira solicitação feita foi a possibilidade de preservar a fachada Nascente – foi a partir desta questão que começaram a aparecer diversas dúvidas em relação a este posicionamento e de que forma poderíamos adotá-lo. No entanto, como defende Carlos Arís, *“a missão de uma teoria de projeto não é encontrar fórmulas que tratem de resolver os problemas de uma vez por todas, mas sim alargar a prática de projeto e o seu campo problemático, proporcionando ao mesmo tempo instrumentos que permitam colocar esses problemas com maior clareza e precisão, ou seja, que permitam reconhecer mais ordenadamente a complexidade do real”*.³¹

²⁸ LOOS, Adolf - *Escritos II 1910- 1931*. Madrid: El croquis Editorial, 1993, p. 34.

²⁹ SIZA, Álvaro - *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p. 210.

³⁰ ARÍS, Carlos Martí – *El concepto de transformación como motor del proyecto* in *La Cimbra y el Arco*, Madrid: Fundación Caja de Arquitectos, 2008, p. 39.

³¹ ARÍS, Carlos Martí – *Una opinión sobre la crítica* in *La Cimbra y el Arco*, Madrid: Fundación Caja de Arquitectos, 2008, p. 22.

POSSIBILIDADE DE MANTER A FAÇADA NASCENTE

CASA PARA VELHICE - MÍNIMO BARREIRAS FÍSICAS

CASA PREPARADA PARA PME - ELEVADOR - ESPAÇOS AMPLOS

POSSIBILIDADE DE SUITE PRINCIPAL NUM POSSÍVEL PISO SUPERIOR

④ PRIVACIDADE E VISTAS

UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS RESISTENTES À AÇÃO DO MAR

PROGRAMA:

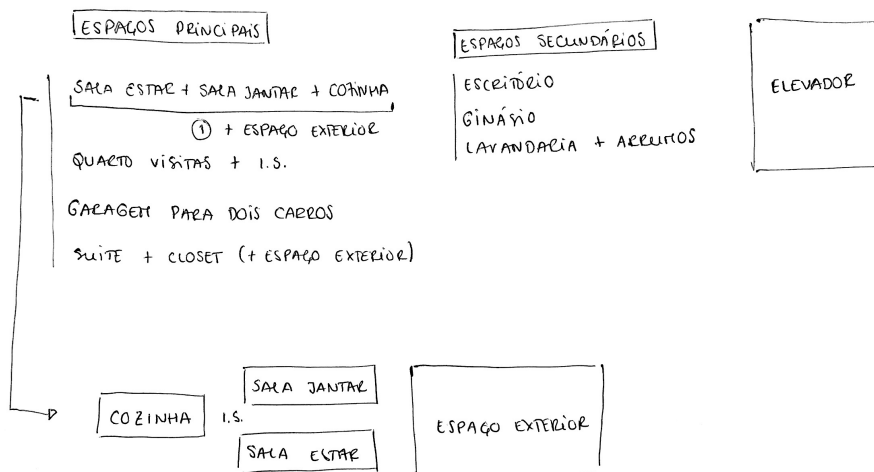


Fig. 45 | Pedido do cliente | Esquema - programa e condicionantes

A verdade é que manter um elemento sem valor aparente e demolir tudo o resto pode ser uma grande frustração a nível projetual, caindo no comum fachadismo. O desafio torna-se muito mais complexo, uma vez que temos de enquadrar esta fachada na restante intervenção (e vice-versa) com respeito e fundamentação – isto para que não aconteçam situações semelhantes àsquelas que vamos apresentar no decorrer desta dissertação.

A proposta pedida é feita essencialmente por uma questão de mobilidade, já que o cliente quer preparar uma casa para a velhice. Isto significa que todo o projeto tem de ser pensado com espaços fluídos, acessíveis e sem barreiras físicas, dentro das limitações do edifício.

A sua excelente localização é também uma vantagem, já que se encontra perto das praias, da estação de comboios e dos principais serviços da cidade (*fig. 10*).

A atual casa do cliente é um registo distinto do edifício em que nos concentramos: falamos de um espaço com excelentes áreas interiores e exteriores, mas que não é adaptável ao conceito pretendido na proposta que procuramos desenvolver. Evidentemente, mudar para um lote com as dimensões já referidas, implica abdicar de alguns espaços. No entanto, tendo em conta os seus hábitos e rotinas, há um pedido de inclusão de alguns deles na nossa proposta.

Conforme o esquema que desenvolvemos (*fig. 45*), devemos questionar-nos, então, sobre a forma de atuação e intervenção, através de uma planta que nos traga uma grande mobilidade e acessibilidade, sem barreiras físicas como desníveis e meios pisos. Quando falamos de mobilidade, falamos da existência de recursos como elevador, corredores com dimensões adequadas, instalações sanitárias preparadas para elementos com mobilidade reduzida, etc.



Fig. 46 | Primeiros esboços

Tendo em conta a extensão do programa solicitado, pensámos ainda na possibilidade de acrescentar um piso para aumentar a área útil do edifício, onde surgisse um espaço único com mais privacidade, ao qual daríamos a função de quarto principal, associado a um quarto de banho e a um quarto de vestir.

A nível de programa, são-nos pedidas, então, dois quartos, preferencialmente em pisos distintos, sendo que o principal deve integrar um quarto de vestir. É-nos pedido também que a sala de estar, sala de jantar e cozinha estejam interligadas sem grandes limitações e que exista, aliado a estes espaços, um espaço exterior com zona de refeições, zona de estar e um pequeno jardim. A existência de um ginásio é também importante no dia a dia do cliente, tal como uma lavandaria/zona de arrumos, onde exista uma grande percentagem de arrumação. É ainda indispensável uma garagem com capacidade para dois carros.

A nível espacial e programático, pretende-se então:

- Sala de estar e sala de jantar;
- Cozinha;
- Instalação sanitária social;
- Quarto principal + quarto de vestir + i. s.;
- Quarto + i. s.;
- Escritório;
- Ginásio;
- Lavandaria | zona de arrumos;
- Garagem para dois carros;
- Zona de exterior com zona de refeições e jardim.

III. SOBRE A FACHADA

“Há qualquer coisa na arquitetura que me fascina e de que gosto muito. A tensão entre interior e exterior.

(...)

Imagino esta situação em cada edifício: o que é que nós, que o utilizamos, queremos ver quando estamos lá dentro? O que é que quero revelar? E qual é a referência que com o meu edifício levo até ao público? Pois este comunica sempre com a rua ou a praça. Pode dizer à praça: estou contente por estar aqui. Ou pode dizer: sou o edifício mais bonito, vocês são todos mesmo maus. Eu sou como uma diva. Os edifícios podem dizer tudo isto.”

ZUMTHOR, Peter - *Atmosferas: entornos arquitectónicos – las cosas a mi alrededor*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2006, p.49-51.

3.1 | A FACHADA COMO CONDICIONANTE PROJETUAL

O facto do projeto surgir de um cliente específico e ser para usufruto privado, não isenta o arquiteto da sua responsabilidade e do impacto da intervenção no meio urbano construído. Assumir a relação entre a casa e a cidade, enquanto realidades que se relacionam diretamente, sustenta uma intervenção que se adapte e construa a cidade, e que, dessa forma, encaminhe a resposta projetual para uma proposta que se integre nas volumetrias e linguagens envolventes. A solução arquitetónica pretende então a procura de uma resposta equilibrada em relação à dicotomia entre as condições do cliente e a realidade coletiva.

Consideramos que uma intervenção contemporânea num edifício antigo deve ser pensada e projetada adequando-se às novas formas de habitar, neste caso, às necessidades de um cliente em particular.

As transformações dos edifícios sempre foram inevitáveis, tornando-se bastante comuns ao longo do tempo e tendo contribuído, na generalidade, para o seu enriquecimento enquanto objetos arquitetónicos. A reabilitação deve ser, conseqüentemente, uma intervenção num edifício que procura adaptar-se às necessidades atuais, onde *“o sentido evolutivo do facto arquitetónico, condição da existência no tempo, resulta da sua capacidade de responder às solicitações culturais das várias épocas e à forma como as sociedades reinterpretam as possibilidades formais e espaciais que contêm”*.³²

Na relação do lugar com o edifício e do edifício com o lugar, é importante ressaltar a ligação fundamental entre estes dois princípios como motivos para o equilíbrio da cidade. De outro modo, como nos explica Fernando Távora, *“a relação de um edifício com o seu sítio é de importância capital e embora normalmente, e sob o ponto de vista da dimensão, o sítio predomine sobre o edifício, a verdade é que este, embora pequeno, pode destruir totalmente aquele, quando o que seria de desejar era a obtenção de um equilíbrio harmónico entre os dois elementos em presença”*.³³

³² TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto: Faup Publicações, 2002, p. 15.

³³ TÁVORA, Fernando - *Da organização do espaço*, Porto: Faup Publicações, 2006, p. 59.

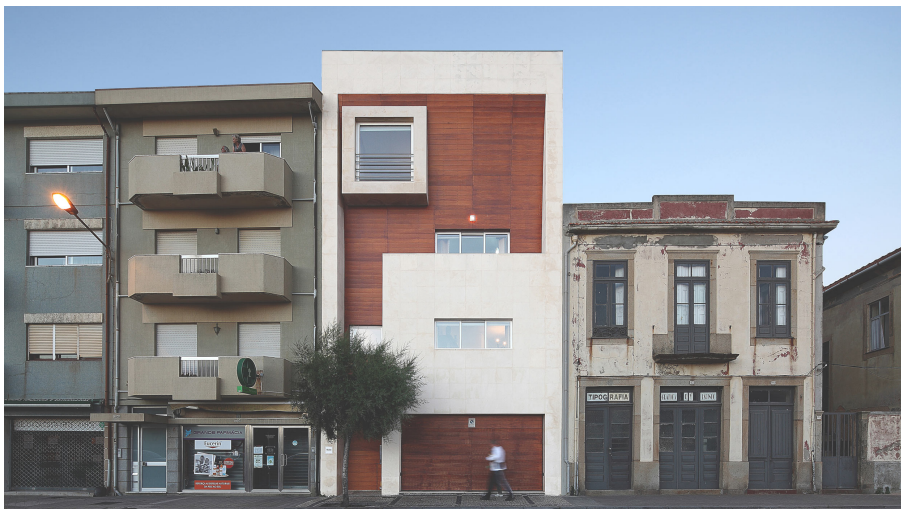


Fig. 47 | *Casa Augusta*, CNLL Architects | Espinho
 Um bom exemplo do que pode ser uma intervenção contemporânea deixando para trás uma preexistência sem significado, valorizando a relação entre o edifício e a envolvente, melhorando o desenho do conjunto.



Fig. 48 | *Casa do Conto*, Pedra Líquida | Porto
 Um exemplo que se afasta da prática do fachadismo e que mantém com uma profunda sensibilidade as principais características do preexistente, através de uma intervenção contemporânea.

A intervenção na fachada principal do edifício é uma das problemáticas mais sensíveis de todo o projeto, pois afeta a memória coletiva da sociedade no sentido que *“segundo uma convenção desde sempre usada na cidade, a fachada pública de uma casa não pertence apenas ao proprietário, mas também ao passante”*.³⁴ Nesta situação, é fundamental a sua integração de forma ponderada na frente urbana, tanto a nível de linguagem como de escala. Mais do que uma expressão do espaço interior, as fachadas dos edifícios possuem uma importância e significado intrínseco como complemento do espaço público.

Apesar de pretendermos assumir o pedido do cliente quanto à conservação da fachada principal, todo o processo do projeto foi acompanhado por várias dúvidas sobre o sentido deste posicionamento, um *“conflito entre duas necessidades fundamentais que passam, por um lado, pela vontade de salvaguardar a herança arquitetónica que o passado nos revela e por outro, a imperiosa necessidade de desenvolver a arquitetura moderna”*.³⁵

Tendo em conta esta hesitação e procurando soluções com a fachada existente como ponto de partida, foi necessário um cuidado redobrado no desenho da proposta, para que esta se ligasse intrinsecamente com o preexistente, não entrando em total dissonância.

A questão que mais nos perseguiu durante a elaboração da presente dissertação, que, na verdade, é uma questão retórica, é se a demolição da fachada poderia resultar num melhoramento a nível projetual e de redesenho do quarteirão (*fig. 47*). No entanto, assumimos a responsabilidade da nossa decisão projetual, reforçando que o fizemos respeitando a intenção do cliente e homenageando a memória e a história deste edifício.

³⁴ HUET, Bernard – *La città come spazio abitabile: Alternative alla Carta di Atene* in *Lotus International no 41*, Milão, 1984, p. 15.

³⁵ LOPES, Nuno Lacerda – *Nuno Lacerda Lopes Architecture - Da Representação ao Projeto*, Porto: Transnética, 2012, p. 69.

3.2 | O FACHADISMO COMO PRÁTICA DE INTERVENÇÃO

Exemplos de edifícios na cidade

*“Para avaliar uma cidade como espaço organizado existe apenas uma solução: percorrê-la, vivê-la, deambular pelas suas ruas, (...) habitar as suas casas, senti-la como um organismo vivo que não para, que dia a dia se altera”.*³⁶

Como forma de reconhecimento do lugar em que o edifício se insere, avançámos num percurso pelas ruas da cidade de Espinho, que permitisse encontrar referências para o desbloqueamento do pensamento projetual. Este processo focou-se na investigação de edifícios onde permanecessem as fachadas preexistentes, mas também nas ampliações com recurso a recuados ou acrescentos de um ou mais pisos, *“projetos mais propensos a levantar problemas do que a fechá-los (...) mais interessados nas questões, na formulação de questões, do que nas respostas”*³⁷, de forma a percebermos de que modo estes exemplos poderiam, ou não, influenciar no processo de projeto.

Como referido anteriormente, o facto de preservar a fachada trouxe sempre grandes dúvidas, dado que não queríamos cair em fachadismos ou em imitações forçadas da preexistência.

O chamado fachadismo tem atingido proporções significativas em Portugal, já que se mantém bastante presente enquanto método de atuação sobre a preexistência. José Aguiar define-o como a *“demolição sistemática do interior dos edifícios antigos, substituindo-o por nova construção, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, preservando as antigas fachadas de forma acrítica, ou reconstruindo-as de acordo com imitações forçadas das originais”*.³⁸

³⁶ TÁVORA, Fernando – *Do Porto e do seu Espaço* in *Comércio do Porto*, Suplemento de Cultura e Arte, 1954, p. 6.

³⁷ GRASSI, Giorgio – *Architettura lingua morta*, 9 Quaderni di Lotus, Milano: Electa Spa, 1988, p. 131.

³⁸ AGUIAR, José – *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património* – Porto: FAUP Publicações, 2002, p. 137.

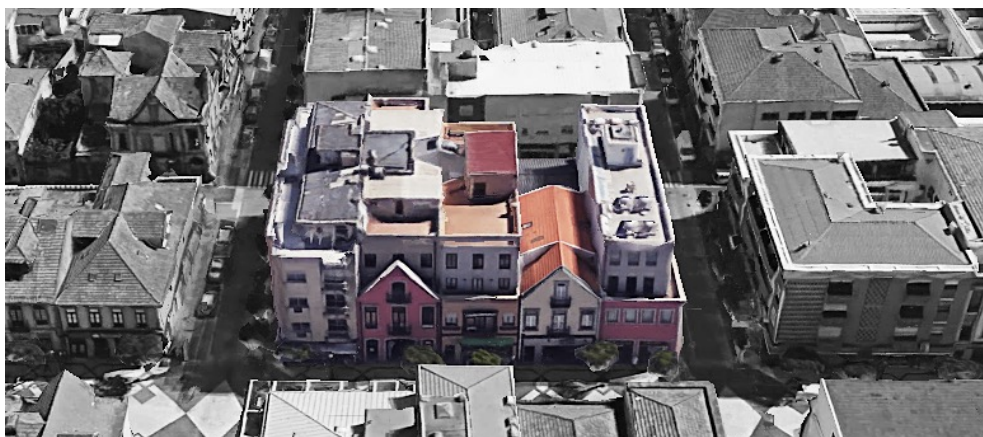


Fig. 49 | Fachadismo | Edifícios de análise | Rua 19, Espinho



Fig. 50 | Fachadismo | Edifícios de análise | Rua 19, Espinho



Figs. 51, 52 e 53 | Detalhes *fig. 55*



Figs. 54 | Detalhes *fig. 56*

No percurso pela cidade, verificámos alguma dificuldade em encontrar projetos de reabilitação que se afastassem da prática do fachadismo, que numa escala massificada acaba por destruir os valores que era suposto preservar.

Foram imediatas as reabilitações que pudemos classificar como incoerentes e inconsequentes (*fig. 50*), nas quais se percebe, inclusivamente a partir do espaço público, uma total dissonância entre a nova estrutura e os elementos preexistentes, tanto a nível de escala como do próprio projeto – por exemplo, quando através dos vãos abertos se vêem as lajes dos novos pisos.

Desligar a fachada do interior é perder a essência do edifício. Tem de haver uma continuidade, uma lógica que una cada elemento da construção.

As fachadas são elementos centrais na caracterização da cidade, uma vez que lhe conferem identidade. Usá-las como um elemento cénico do espaço urbano, procurando que façam parte de um tempo ao qual já não pertencem e associando-as a um interior que já não possuem, acaba por criar um contexto dissimulado em vez de preservar história da cidade.

Esta forma de intervenção, irrefletida e irresponsável, parece-nos não cumprir os critérios de conservação, respeito ou diálogo para com a preexistência, negando o valor do edifício enquanto testemunho da história. Assumimos que este tipo de prática é empobrecedor e uma abordagem que não devemos considerar na nossa proposta.

Tal como defende Pedro Bismarck, *“a reabilitação não deve ser (...) o lugar de um espetáculo estético e nostálgico da memória ou de um passado ao qual já não podemos aceder.”*³⁹

No meio de inúmeros exemplos na cidade, os dois edifícios que destacámos neste capítulo (*figs. 55 e 56*) situam-se no mesmo quarteirão, na rua 19, que, como já referimos, é uma das principais e mais antigas ruas da cidade.

A sua escolha foi deliberada, já que compreende duas práticas formais distintas, mas ambas arrasadoras como intervenção na preexistência.

³⁹ BISMARCK, Pedro Levi – *Para que tudo permaneça igual é necessário que tudo mude?* in Revista Punkto [disponível em <http://www.revistapunkto.com/2012/10/para-que-tu-do-permaneca-igual-e.html>].



Fig. 55



Fig. 56

Como vemos na *fig. 55*, a fachada parece-nos um absoluto acessório no desenvolvimento programático do edifício na sua plenitude. Assistimos a um assumido ato de fachadismo, onde não existe relação de proximidade e articulação entre o alçado preexistente e o alçado desenhado *a posteriori*. A fachada acaba por converter-se numa “*máscara da obra nova*”⁴⁰, escondendo zonas técnicas e retirando qualidade aos vãos que se encontram “semi-escondidos” na preexistência (*figs. 51, 52 e 53*).

Já na *figura 56*, vemos um alçado que procura a organização da imagem da fachada preexistente, mas que falha na sua proporção e escala, descaracterizando-o integralmente. O desequilíbrio volumétrico leva-nos a crer que as características da preexistência não foram apreendidas, resultando numa intervenção que parece não se adaptar ao contexto. A acrescentar a isto, este é também um edifício localizado numa posição complexa, já que funciona como articulador visual no cruzamento entre duas ruas, evidenciando ainda mais a sua desproporção.

Este tipo de exemplos nasceu de decisões projetuais não fundamentadas, onde não existiu uma preocupação com o método como se intervém.

⁴⁰ DOMÍNGUEZ, Javier – *Recuperar la memoria: arquitectura y legado histórico 1980-2005*, Valencia: Ediciones Generales de la Construcción, 2007, p.8.

3.3 | UMA ALTERNATIVA AO FACHADISMO

“Tudo o que vemos nos dá referências. Tudo nos ajuda a perceber como é que as casas influenciaram as pessoas e as pessoas influenciaram as casas. Perceber as relações das coisas é essencial para se fazer casas (...). [Devemos] acumular referências, pois amanhã podemos ter necessidade de usá-las num projeto. (...)”

A visão é fundamental, é preciso perceber porque é que as coisas são como são.”⁴¹

Após a análise dos diversos edifícios que assumimos como intervenções fachadistas, foi necessária a procura de exemplos antagónicos, onde fosse perceptível a alternativa ao fachadismo enquanto forma de atuação e de modernização do edificado existente. Exemplos cujas condições de degradação da preexistência obrigassem a uma intervenção profunda, tal como no nosso caso (afastando-se assim das práticas de restauro e reabilitação mais conservadoras que apenas são exequíveis quando o estado de conservação da preexistência assim o permite), mas que conseguissem introduzir mais um capítulo na história dos edifícios, sem anular os traços que definem a sua identidade.

O objeto de análise escolhido para ajudar no desbloqueamento projetual tanto a nível de relação com a fachada preexistente, como a nível programático e construtivo, encontra-se já consolidado na malha urbana da cidade do Porto. Este estudo⁴² passa pela análise à *Casa Cristina Silva* do arquiteto José Gigante, que apresenta uma intervenção sobre uma ruína onde apenas se aproveita o esqueleto exterior e se reformula todo o interior. Este permite-nos ilustrar de uma forma segura o potencial de uma reabilitação no seu processo de adaptação à contemporaneidade, às novas exigências do habitar e aos novos pedidos programáticos e de conforto, que atualmente são essenciais em qualquer habitação.

⁴¹ TÁVORA, Fernando – Em notas de uma Entrevista, 2002 in *Sobre o ‘projeto-de-arquitetura’ de Fernando Távora* - Fernando Távora: minha casa (ed. Manuel Mendes), Porto: FIAJMS, 2015, p. 19.

⁴² A análise deste edifício teve como ponto de partida o trabalho académico: OLIVEIRA, Simão Costa – *A Casa Corrente do Porto: um estudo e um projeto de reabilitação*, Porto: FAUP, 2013.



Fig. 57 | Casa Cristina Silva | Implantação



Fig. 58 | Casa Cristina Silva | Vista aérea

Casa Cristina Silva, Arq. José Gigante

Localização: Rua Oliveira Monteiro, 332, Porto

Arquitetura: José Gigante

Colaboradores: Andreia Costa e Manuel Fernando Santos

Projeto | Construção: 2003/ 2006

Área de Construção: 505 m²

Dimensão do Lote: 39,00 m x 7,00 m (Área: 265 m²)

Número de Pisos: RC+2

Enquadramento e análise da preexistência

Localizado na Rua Oliveira Monteiro nº. 332, uma das características deste edifício passava por uma preexistência em pleno abandono e um interior em completo estado de ruína, uma situação que acabou por condicionar a concretização da nova proposta – tal como acontece no nosso objeto de estudo.

Devido ao estado de degradação do interior, que levou à sua total demolição, nada se sabe acerca da sua tipologia interna, pelo que essa definição só será possível através de indicações que o desenho dos alçados possa fornecer.

No que toca à estrutura interna da habitação, e considerando uma tipologia monofuncional de dois pisos, a solução mais frequente passa por uma entrada à cota da rua de ligação a um pequeno vestíbulo. No rés-do-chão, à cota da rua, assumimos que existiria uma grande área de arrumos que se relacionava com a fachada principal e uma sala de jantar/cozinha em contiguidade com o pátio do logradouro. Entre estes dois espaços encontraríamos o elemento de distribuição vertical, adossado à parede.

Junto à fachada principal, no piso superior, existiria provavelmente uma sala e voltados para as traseiras, os quartos.

Relativamente ao piso acrescentado, seria muito provavelmente para quartos, conseguindo o seu acesso através de dois novos lanços de escadas em continuidade com as originais.



Fig. 59 | Casa Cristina Silva | Fachada principal antes da intervenção

A respeito da fachada principal, *“de composição tripartida e vãos verticais, (...) o piso térreo é, então, composto por uma porta de entrada a nascente com um vão de aproximadamente 1.00 metros de largura e 3.00 metros de altura, onde se inclui uma bandeira de 0.60 metros e uma porta, de dupla folha, com aproximadamente 2.40 metros de altura. No que toca às janelas deste piso, estas apresentam larguras semelhantes ao vão da porta e uma altura de aproximadamente 2.00 metros sendo para tal alinhadas pela padieira desse elemento. No piso superior, o primeiro, encontramos [uma] situação similar, sendo desta feita a porta central, que abre para uma pequena varanda com guarda em ferro forjado, ladeada por duas janelas, agora com 2.30 metros de altura (...). No último piso, construído atrás da platibanda existente e demarcando-se assim da construção original, encontramos [uma] nova composição tripartida, com janelas que apresentam dimensões em tudo semelhantes às do piso inferior.”*⁴³

Relativamente à fachada tardoz, percebemos a existência de uma composição que em nada se distingue das construções desta época. *“No que se refere ao dimensionamento dos vãos, percebemos que estes se mantêm semelhantes aos do alçado principal apresentando, portanto, alturas a rondar os 3.00 metros e larguras de 1.00 metros, revelando assim a grande coerência formal destes conjuntos.”*⁴⁴

Na materialização da construção não existem quaisquer elementos excecionais em relação à maioria das construções deste período, predominando o uso de madeira e pedra. Assim sendo, todo o edifício é em alvenaria de granito, à exceção da parede frontal do piso acrescentado que se apresenta em madeira, com uma construção mais aligeirada.

⁴³ OLIVEIRA, Simão Costa – *A Casa Corrente do Porto: um estudo e um projeto de reabilitação*, Porto: FAUP, 2013, p. 119.

⁴⁴ Ibidem, p. 121.



Fig. 60 | Casa Cristina Silva | Proposta de intervenção

Confronto com a preexistência

O programa implementado na nova proposta (figs. 60 e 61) dispõe de uma clara continuidade da função habitacional encontrada na casa original, com a exceção da garagem, um espaço claramente contemporâneo. Nesta intervenção, é importante destacar a forma como as divisões se estruturam dentro do edifício, considerando diretamente o padrão habitacional moderno e a grande liberdade que a demolição do interior trouxe ao projeto, que desta forma se prende exclusivamente ao esqueleto exterior da preexistência. Na verdade, *“o edifício encontrava-se em condições de profunda degradação, com o interior em estado de completa ruína, pelo que se optou pela demolição total dos elementos integrantes e pela reformulação radical do espaço (...). A própria imagem do volume interior totalmente demolido, alongando-se vazio em toda a altura e profundidade da construção, induziu a vontade de experimentar novas formas de articulação dos espaços tanto no sentido vertical, entre a entrada e a cobertura, como no longitudinal, entre a fachada da rua e o logradouro das traseiras”*.⁴⁵ O novo sistema de articulação dos espaços, que tentam ser *“flexíveis, fluídos e adaptáveis”*⁴⁶, observa-se na materialização conseguida, sobretudo das áreas sociais da habitação. É neste propósito projetual que reside uma das peculiaridades da intervenção que, *“não tendo de lidar com qualquer preexistência, partiu para a formalização e organização do espaço interior livre de preconceitos e imposições”*⁴⁷. Assim *“(...) surgiu a ideia de subverter a continuidade vertical das escadas tipologicamente associada ao modelo primitivo, desdobrando-as e fazendo-as participar ativamente no ordenamento do espaço interior”*.⁴⁸ Ao separar a escada de entrada da escada que faz a distribuição aos restantes pisos, e colocando-as espacialmente próximas de forma a definirem um espaço central no interior da habitação, cria-se uma área de charneira que participa na leitura clara e contínua dos seus espaços. *“Tal disposição das escadas, permitindo que a luz natural desça a partir da*

⁴⁵ José Gigante, *Casa Cristina Silva*, s/e, Porto, 2003/2006.

⁴⁶ OLIVEIRA, Simão Costa – Op. cit., p. 123.

⁴⁷ Ibidem, p. 123.

⁴⁸ José Gigante, *Casa Cristina Silva*, s/e, Porto, 2003/2006.

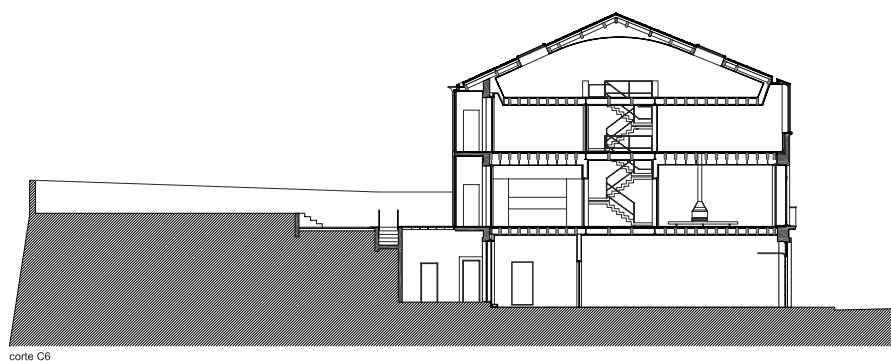
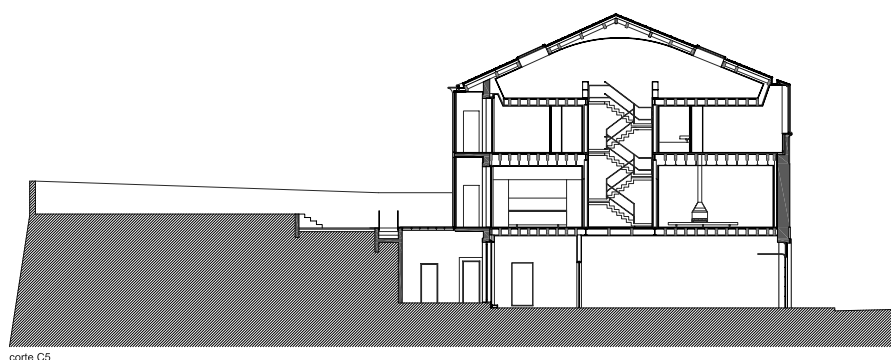
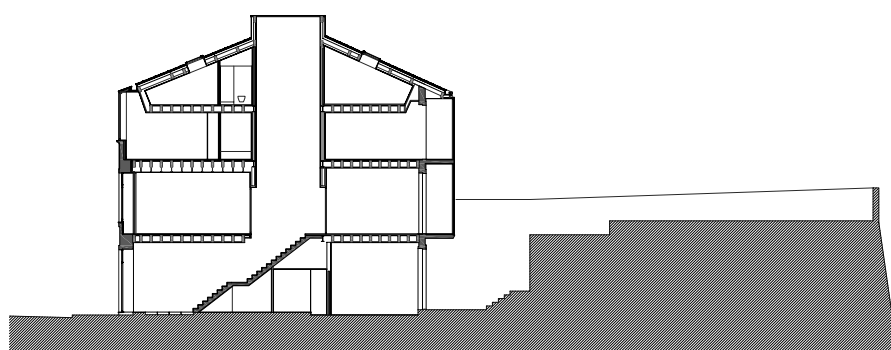


Fig. 61 | *Casa Cristina Silva* | Proposta de intervenção

cobertura até todos os pisos, favorece, por outro lado, a procura da profundidade pretendida na relação entre a frente voltada à rua e o logradouro, a qual se desenha em absoluta continuidade no piso ocupado pelos espaços de estar e refeições”.⁴⁹ Esta continuidade espacial presente no desenvolvimento do edifício adquire também expressão com o alçado tardoz da nova proposta, que recorre e adapta elementos preexistentes através de uma nova frente envidraçada, que potencia uma relação mais forte com o logradouro.

Na fachada principal, uma das grandes transformações é a introdução do vão da garagem, *“um elemento que interrompe a composição tripartida ao nível do piso térreo pela união dos dois vãos nascente do alçado”*⁵⁰, que pretendem mesmo assim vincar a individualidade que tinham anteriormente, pelo que são mantidas as padieiras e ombreiras originais, que constituem os limites deste novo elemento. O terceiro vão corresponde à porta de entrada, que altera a sua posição em relação à preexistência, mas que mantém a bandeira envidraçada, que lhe assegura a conservação do desenho original.

No primeiro piso recuperam-se todos os elementos em granito e a guarda em ferro forjado, mantendo assim a composição inicial. A grande alteração está unicamente nas caixilharias, que apesar da sua modernidade, utilizam também as bandeiras.

O acréscimo já existente foi reformulado através de quatro painéis envidraçados, ocultos por uma tela exterior rebatível.

⁴⁹ José Gigante, *Casa Cristina Silva*, s/e, Porto, 2003/2006.

⁵⁰ OLIVEIRA, Simão Costa – Op. cit., p. 129.



Fig. 62 | Casa Cristina Silva | Vista da obra



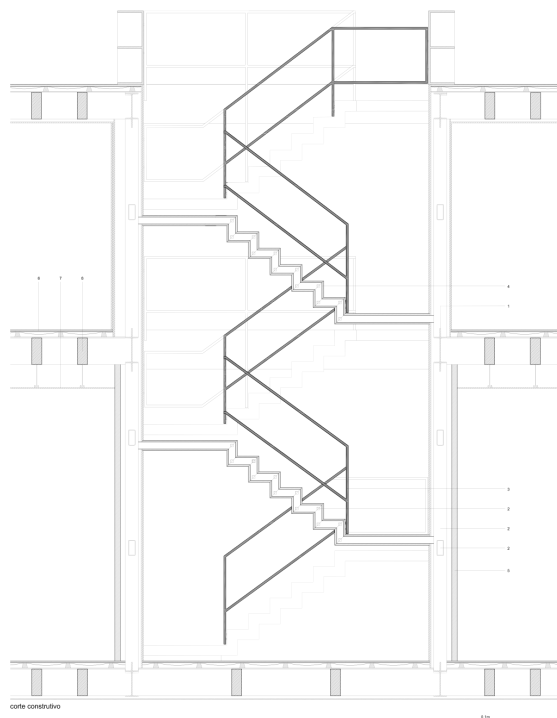
Fig. 63 | Casa Cristina Silva | Vista da obra



Fig. 64 | *Casa Cristina Silva* | Fachada principal

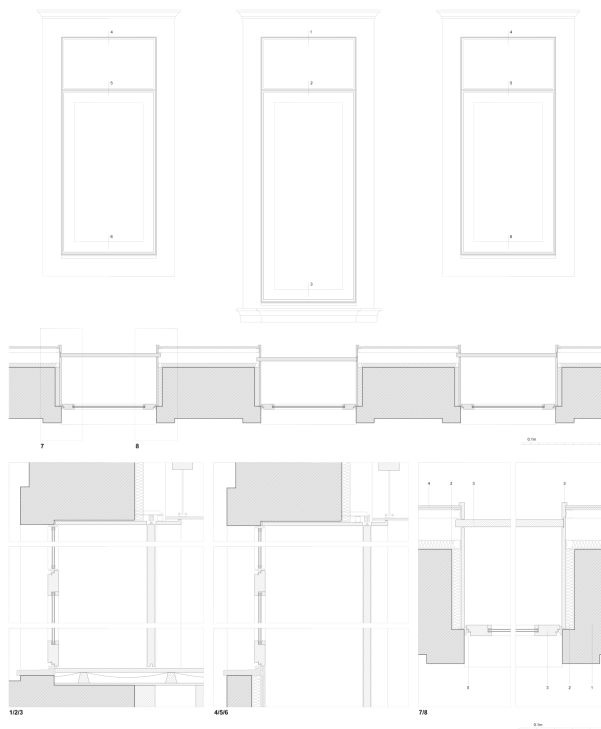


Fig. 65 | *Casa Cristina Silva*
Alçado tardoz visto a partir do logradouro



1 - Perfil metálico IPN30 2 - Estrutura de perfis tubulares metálicos 3 - Corrimão de perfil tubular metálico 4 - Madeira Panga-Panga (a meia esquadria) 5 - Painéis de madeira Panga-Panga 6 - Soalho de Pinho Americano 7 - Tecto de gesso cartonado 8 - Vigas de madeira laminada

Fig. 66 | *Casa Cristina Silva* | Soluções construtivas



1 - Parede de granito 2 - Poliestireno extrudido 3 - Madeira pintada 4 - Gesso cartonado 5 - Aro de perfis metálicos

Fig. 67 | *Casa Cristina Silva* | Soluções construtivas

Sistema construtivo

Antes de tudo o resto, a nova intervenção passa pela manutenção do esqueleto exterior do edifício, em alvenaria de granito, e pela demolição total do interior, do piso acrescentado e da cobertura, surgindo, deste modo, novos elementos construtivos. Assim, para a estrutura interior optou-se por uma solução que normalmente recompõe este tipo de construções (*fig. 66*), adotando-se então “(...) *uma nova estrutura de madeira laminada não aparente, complementada pontualmente por perfis metálicos*”.⁵¹ Deste modo, o uso de uma estrutura de madeira tradicional que assente nas paredes de meiação laterais em alvenaria garante que as paredes existentes estão preparadas para a suportar. Como tal, os riscos são mínimos, não implicando qualquer reforço nas fundações. Sobre os elementos metálicos, é predominante o seu uso na estrutura das paredes laterais da nova caixa de escadas, onde também se suportam os patamares que a compõe.

Relativamente às caixilharias (*fig. 67*), como já referimos, optou-se pela sua completa substituição, utilizando uma nova solução com vidro duplo a ocupar a área total do vão.

A questão do isolamento acústico entre pisos é resolvida com uma manta acústica colocada entre o ripado e o soalho. As restantes infraestruturas estão predominantemente presentes nos tetos falsos e ao longo das paredes falsas ou em aberturas diretamente nas paredes de alvenaria.

A nível de acabamentos, observa-se a utilização generalizada de paredes e tetos em gesso cartonado com acabamento estanhado a reboco branco e soalho e apontamentos excecionais (como escadas, caixilharias interiores, móveis e bancadas fixas) em madeira.

⁵¹ José Gigante, *Casa Cristina Silva*, s/e, Porto, 2003/2006.



Fig. 68 | *Casa Cristina Silva*
Fachada principal antes da intervenção



Fig. 69 | *Casa Cristina Silva*
Fachada principal depois da intervenção

Conclusão: A proposta como alternativa ao fachadismo

A imagem arquitetónica do novo projeto indica-nos uma incontestável continuidade da imagem da construção preexistente.

De facto, através da análise da intervenção, conseguimos perceber uma inegável continuidade das regras compositivas existentes e de um respeito pela identidade arquitetónica presente na construção original, que pretendemos ter em consideração no desenvolvimento da nossa proposta de intervenção. Ambas as fachadas mantêm uma grande proximidade à imagem e carácter originais da construção, não deixando, contudo, de se identificarem os novos elementos que, mais do que se demarcarem ou contrastarem com os anteriores, complementam-nos num verdadeiro diálogo temporal.

Esta destaca-se assim como uma intervenção que, apesar de alterar profundamente as dinâmicas interiores da habitação, se demonstra pouco intrusiva para a imagem e identidade, perdurando a herança do edifício. Percebe-se uma clara aposta num contraste entre duas identidades que não se opõem, complementam-se, procurando um equilíbrio entre o contraste e o diálogo, entre diferenças e semelhanças.

Deste modo, concluímos que existe uma relação entre duas realidades separadas no tempo, mas que vivem no mesmo contexto.

3.4 | DA FACHADA À PROPOSTA FINAL

Como já referimos ao longo da presente dissertação, o principal propósito da nossa proposta de intervenção é responder ao máximo de conteúdos solicitados pelo cliente, o que nos levou a decidir avançar com uma intervenção onde permanecesse a fachada Nascente.

Deste modo, depois do estudo de diversas posturas projetuais e de sabermos exatamente qual o nosso posicionamento relativamente ao tipo de abordagem que devemos optar, pareceu-nos muito maior o desafio de elaborar um projeto onde a conservação e a reinterpretação/intervenção comunicassem de uma forma natural, através de uma atitude responsável, que não destruía o carácter e a identidade da preexistência.

A tipologia de habitação do início do século XX apresenta um conjunto de peculiaridades no espaço, quer na sua forma, quer na sua escala. No nosso caso, alterar esta relação pode ser inevitável, já que falamos de uma intervenção profunda, motivada por um avançado estado de degradação ou mesmo ruína total no interior do edifício. No entanto, se a introdução de uma lógica completamente nova e estranha à espacialidade do edifício pode resultar numa intervenção descaracterizadora e incoerente, também o recurso a imitações ou reconstruções totais pode ser criticável quando, perante uma nova oportunidade, se reconstrói com base numa lógica que fazia sentido no passado, com um programa distinto, numa época distinta, mas que atualmente apresenta soluções que não se adaptam ao quotidiano. *“O tempo é uma dimensão de marcha constante na vida. Na vida do Homem, de uma sociedade, na vida de uma cidade, de um edifício... o tempo não volta... o que foi não volta a ser.”*⁵²

Neste sentido, a preexistência deverá ser tomada como ponto de partida para uma reflexão crítica, identificando as suas principais características, mas também as suas limitações, quer espaciais, quer estruturais, num esforço de reinterpretação no qual se reveja uma linha de continuidade, sem negar a época, mentalidade e necessidades do novo tempo em que se constrói.

⁵² COSTA, Natália Moraes da – *A Reabilitação do Antigo como Obra Nova: A partir da Arquitetura de Fernando Távora, em Guimarães*, Porto: FAUP, 2006, p.17.



Fig. 70 | Esquisso

Assim sendo, a introdução de um novo programa e as consequentes alterações que este impõe, deverão fazer-se dentro dos limites da coerência e da própria capacidade do edifício sobre o qual nasce o novo projeto, considerando, mesmo assim, a grande flexibilidade programática que este nos oferece.

Tendo como referência as dimensões e alinhamentos da preexistência, podemos levar a que o novo projeto, apesar de falarmos de uma reconstrução e ampliação, procure recriar uma sensação espacial próxima à que existia originalmente, na medida do possível, através da conservação de características subjacentes a determinados espaços, como a sua proporção - reconhecida pela relação entre as suas medidas em planta e a dimensão do seu pé-direito - e a forma como se articula com outros espaços. No fundo, o que pretendemos é reconhecer nas novas estruturas um profundo respeito e sensibilidade pela memória deste edifício, revelando todas as suas potencialidades, a sua adaptabilidade e capacidade espacial e sensorial, tantas vezes subvalorizada. *“(...) o seu resultado estará ligado à capacidade de fazer nascer do choque entre o antigo e o novo, precisamente a relação dialética que liga a historicidade e a permanência dos tecidos antigos com os valores do presente, do transformador, do arbitrário, do energético, próprios da arquitetura e da existência contemporânea”*.⁵³

Tal como afirma o arquiteto Eduardo Souto Moura, *“aquilo que define o espírito urbano são as colagens, os somatórios dos vários extratos por sobreposição deixando discernir as várias épocas e culturas”*.⁵⁴

⁵³ GARCIA, Francisco - *Construir en lo Construido – La Arquitectura Como Modificación*, 3ª Edição, Madrid: Nerea, 2005, p. 109.

⁵⁴ MOURA, Eduardo Souto de – *A Ambição à obra anónima in Eduardo Souto de Moura, ed. Luiz Trigueiros*, Lisboa: Blau, p. 30.

IV. SOBRE A PROPOSTA

“Da mesma forma que o exterior dum organismo depende da adaptação dos seus órgãos às respectivas funções, assim acontece com o aspeto exterior duma construção.

Algumas pessoas imaginam um edifício mecanicamente, por associação de ideias. Imaginam as quatro paredes, com aberturas para deixar entrar a luz (janelas) ou os habitantes e os móveis (portas). Imaginam o telhado, o pavimento, as divisórias, ou melhor, reconstroem imagens anteriores desses elementos. Dentro dessas imagens arranjam lugar para o fim em vista – para habitar, para trabalhar, para descansar o corpo ou o espírito.

Mas as paredes são invólucros de espaços adequados a determinadas funções. As janelas e as portas não têm formas assim ou assado – dependem do que e da maneira como se quer iluminar o interior e da mais apropriada relação com o exterior. Nem as ligações entre espaços são tão simples que se possam resumir a portas para a gente passar duns para os outros.

Sendo assim, é necessário inverter o método de trabalho: conhecer o que se vai passar dentro dum edifício e o que se passa fora dele. Assim surge como que o molde que o enformará.”

SIZA, Álvaro – *A propósito do Edifício...* in *01 textos*, Porto: Civilização Editora, 2009, p. 15,16.

4.1 | PROCESSO DE PROJETO

No nosso ponto de vista, um projeto de arquitetura não se elabora segundo um índice que seguimos rigorosamente, mas através de momentos distintos e, por vezes, desarticulados, que, no final, criam um diálogo entre si, dando origem ao projeto.

No momento em que começámos a escrever este capítulo, sentimos alguma dificuldade em organizá-lo, de forma a conseguirmos expor todo este procedimento de uma forma clara e perceptível para quem o lê.

Decidimos, então, dividi-lo em várias partes, umas mais objetivas, outras mais subjetivas, mas que, no final, definiram os nossos princípios de intervenção.

O início deste processo parte da noção de que esta é uma possível interpretação, um reflexo da resposta às questões levantadas no decorrer desta dissertação. Trabalhar num plano de aproximação ao real implica um comportamento distinto daquele que temos num trabalho académico, já que, pela primeira vez, as ações projetuais podem ter impacto na realidade. Deste modo, para o desenvolvimento da proposta, necessitámos de respostas mais objetivas, tais como questões de legislação, de forma a contornar as inseguranças de quem não tem experiência no âmbito do real.

Por outro lado, a elaboração de uma ideia de projeto parte, sem qualquer dúvida, da arquitetura de memória do Homem e essencialmente do arquiteto. *“Aprender a ‘ver’ é fundamental para um arquiteto, existe uma bagagem de conhecimentos aos quais inevitavelmente recorreremos, de modo que nada quanto fazamos é absolutamente novo”*.⁵⁵

É importante destacar a importância da memória ao participar diretamente na perceção de cada espaço. Este aspeto é particularmente vantajoso para o arquiteto no momento do processo criativo, pois cada indivíduo, através da memória dos espaços que viveu, cria uma série de imagens que o marcaram de alguma forma.

⁵⁵ SIZA, Álvaro – *Imaginar a evidência*, Lisboa: Edições 70, 2006, p. 139.



Fig. 71 | *Maison Louis Carré*, Alvar Aalto

*“Quando me ponho a pensar em arquitetura emergem em mim determinadas imagens. Muitas estão relacionadas com a minha formação e com o meu trabalho enquanto arquiteto; contêm o saber que, com o passar do tempo, pude adquirir sobre a arquitetura. Outras imagens têm a ver com a minha infância; vem-me à memória aquela época da minha vida em que vivia a arquitetura sem refletir sobre ela. (...) Nessa cozinha tudo era como deve ser nas cozinhas tradicionais. Não tinha nada de especial. Mas, talvez precisamente por ser, de uma forma quase natural, uma cozinha normal, ficou tão presente na minha memória como símbolo do que é uma cozinha.”*⁵⁶ Estas imagens sensoriais e espaciais podem estar relacionadas diretamente com a experiência de cada arquiteto, já que este procura temas que o podem auxiliar no desenvolvimento do seu próprio projeto, constituindo referências evidentes. No entanto, outras imagens podem surgir da experiência do arquiteto através da sua memória fotográfica, que poderão ter um papel indireto no processo criativo. *“Transportamos connosco imagens de arquitetura que nos marcam. (...) Mas com esta base ainda não nasce nenhum projeto novo, nenhuma arquitetura nova. Cada projeto exige imagens novas. As nossas imagens ‘antigas’ apenas nos podem ajudar a encontrar as novas.”*⁵⁷

A investigação do tema da presente dissertação, em conjunto com a nossa experiência enquanto vivenciadores do espaço e acumuladores de memórias, foi essencial no pensamento projetual e na definição da nossa abordagem e posicionamento. São estas pesquisas, aliadas ao desenho como método de pensamento, *“que levam a que um edifício volte a dizer algo e que o diga numa determinada direção”*.⁵⁸

Nesta perspetiva, e sendo que *“uma arquitetura provém de uma sucessão de investigações, de hipóteses e de respostas”*⁵⁹, a proposta de intervenção atravessou inúmeras tentativas na definição dos espaços, que foram pensados exaustivamente através do desenho. *“O desenho é a linguagem e a memória, a forma de comunicar consigo e com os outros, a*

⁵⁶ ZUMTHOR, Peter - *Pensar la arquitectura*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2004, p. 9.

⁵⁷ Ibidem, p. 67.

⁵⁸ SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Intervenciones*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2006, p. 15.

⁵⁹ SIZA, Álvaro - *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p. 204.

*construção*⁶⁰, “(...) é um vício subtil, é um instrumento para criar, para inventar objetos, para estabelecer relações, para estimular experiências, que provocam sentimentos, exprimem conflitos, potenciam desejos, paixões e raivas”.⁶¹

Foi através do desenho que conseguimos pensar numa estratégia de organização dos espaços, tal como definir e alinhar os elementos que diferenciam esta proposta.

⁶⁰ SIZA, Álvaro – *01 textos*, Porto: Civilização Editora, 2009, p. 137.

⁶¹ LOPES, Nuno Lacerda – *Nuno Lacerda Lopes Architecture - Da Representação ao Projeto*, Porto: Transnética, 2012, p. 18.

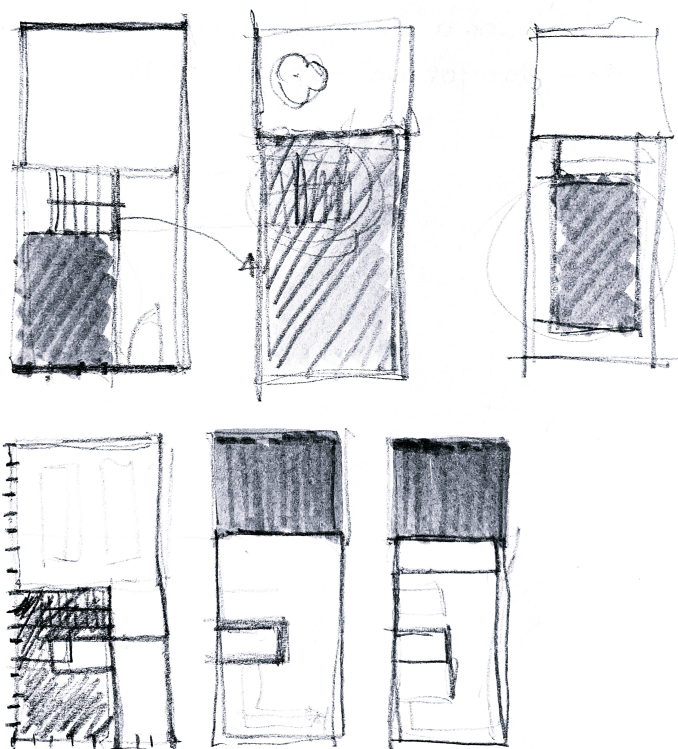


Fig. 73 | Esquissos

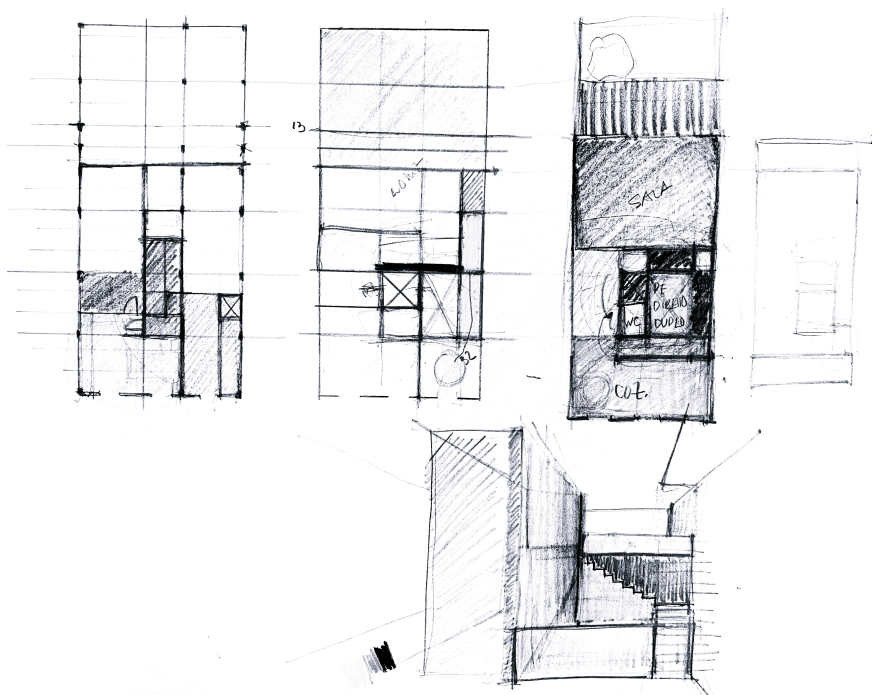


Fig. 74 | Esquissos

A organização do programa

O programa e a forma de distribuição dos espaços foram os principais impulsionadores e elementos de estruturação da nova expressão deste edifício. Ao considerarmos os pedidos presentes no capítulo “Cliente: programa e condicionantes”, percebemos que a área construída do edifício nos dias de hoje⁶² não era suficiente para incorporar o novo programa solicitado. Esta condição fez-nos pensar que a intervenção poderia ir para além da ocupação do volume existente, recorrendo ao aumento de um piso e à utilização da área do logradouro como espaço de construção.

Considerando todos os espaços pedidos pelo cliente e a forma como deviam interligar-se, foi necessário um estudo exaustivo através do desenho, do que poderia ser a organização espacial desta habitação.

Transformando este estudo num teleograma, a divisão dos espaços por pisos desdobrou-se da seguinte forma:

PISO TÉRREO	PISO 1	PISO 2 (aumento)
Garagem para dois carros	Sala	Quarto principal
Lavandaria/Zona de Arrumos	Cozinha	
Ginásio	I. S. Social	Quarto de vestir
	Escritório	
Quarto	Espaço exterior	

⁶² Assumimos que a área construída do edifício é de, aproximadamente, 210m².

Princípios de definição do projeto

1. Modificação da volumetria existente

Como referimos anteriormente, para conseguirmos incorporar todos os espaços pedidos pelo cliente, foi necessário pensarmos para além do volume existente. De alguma forma, considerando áreas confortáveis para cada um dos espaços solicitados, procurámos perceber como podíamos aumentar o edifício de uma forma coerente, respeitando a legislação e valorizando-o enquanto objeto.

Foi assim que optamos pela impermeabilização do espaço do logradouro, transformando-o na área de garagem e utilizando a sua cobertura como área exterior do primeiro piso. Desta forma, mantivemos o desenho da fachada preexistente intacto, já que, na nossa opinião, não faria sentido alterá-lo, tendo em conta que é a base de toda a nova proposta de intervenção.

Ainda assim, a falta de área para todo o programa pretendido levou-nos à ampliação de um piso, que resolvemos através do recuo da fachada, considerando o *Artigo 59.º do Regulamento Geral de Edificações Urbanas*. Desta forma, conseguimos introduzir neste espaço o quarto principal, com quarto de banho e quarto de vestir, desenvolvendo assim um piso que contempla as divisões mais privadas de todo o programa.

A nível de desenho, parece-nos que esta ampliação trouxe alguma escala ao alçado poente, que tem uma linguagem distinta, mas que veio valorizar o edifício como conjunto.

2. Acessibilidade

Outro dos temas que considerámos fundamental como princípio de definição da proposta foram as questões da acessibilidade, tendo em conta que se trata de uma casa para a velhice. Como tal, procurámos que a nova proposta partisse de orientações que pudessem valorizá-la neste campo, tornando-a numa casa confortável, que simplifica os problemas de circulação existentes na maioria das construções correntes.

Não comprometendo todo o projeto a este domínio, respondemos a algumas questões através da consulta do *Regime de Acessibilidades – Decreto Lei nº 163/2006*, que nos auxiliou essencialmente ao nível do desenho de portas, soleiras, patamares, elevadores e instalações sanitárias.



Fig. 75 | *Casa na Maia*, Eduardo Souto Moura
Relação interior-exterior.



Fig. 76 | *Casa para Duas Irmãs*, Nuno Valentim Arquitetura
Permeabilidade visual.

3. Valorização do alçado tardoz e logradouro/jardim

A evolução social trouxe consigo princípios como a individualização, que se traduz na privatização dos espaços.

Neste sentido, a aplicação destes princípios acaba por observar-se na forma como pensamos a proposta, mesmo que de uma forma inconsciente.

Consideramos a valorização do alçado tardoz e do logradouro (que, no nosso caso, passou a ser uma cobertura ajardinada) como uma mais-valia enquanto área onde é possível desfrutar do exterior sem ser afetado pela confusão da cidade. Deste modo, assumimos que os espaços voltados para estes podem ser tão ou mais apreciados do que os espaços diretamente ligados à via pública.

Esta valorização do espaço privado verifica-se, então, na nossa proposta, quando desenhámos as principais áreas de socialização, como a sala de jantar e sala de estar, voltadas para a zona de jardim, como um prolongamento destes espaços para o espaço exterior. *“O logradouro deixou de ser pensado como uma área exterior de serviço para se tornar num espaço de estar (...)um jardim de contemplação não revelado a quem passa na rua movimentada.”*⁶³

4. Permeabilidade visual e volume de acessos verticais

Quando percebemos que o miolo do edifício estava em estado de ruína, eram infinitas as hipóteses que tínhamos no redesenho do interior, mesmo tendo como base o máximo respeito pela preexistência.

Desde os primeiros esboços, e talvez por influência de algumas conversas com o cliente, pensamos sempre num volume de acessos verticais implantado numa posição estratégica, quase central, que acabasse por dividir as diferentes áreas de uma forma mais transparente. A ideia era que se sentissem os diferentes espaços, mas que não houvesse uma compartimentação demasiado definida através de paredes/portas.

Este conceito de permeabilidade visual, onde os vários espaços se interligam de uma forma peculiar, mas profunda, foi um dos temas mais interessantes no processo de elaboração da proposta.

⁶³ NEVES, José Manuel das – *Living City_Habitar a Cidade*, Cascais: True Team, 2009, p. 78.

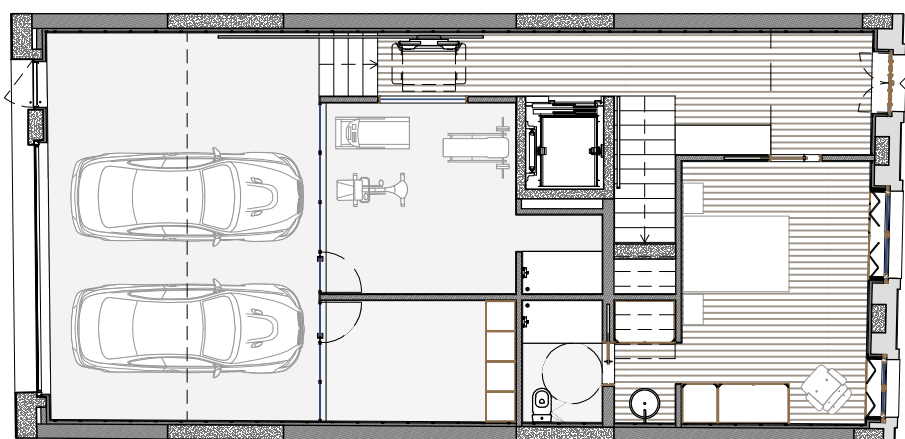


Fig. 77 | Planta Piso 0 | Escala 1:150

4.2 | PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

“A casa é o eu de cada um. Contudo no espaço e no tempo as casas são praticamente iguais, na horizontal como na vertical.

Quando têm demasiadas escadas inventam o ascensor, mas mantêm-se iguais ou quase, porque nós que as ocupamos somos quase iguais. A casa é a parte de uma quadrícula imensa, rota aqui e ali, emendada por muralhas por rios por fronteiras imaginárias, por longas protuberâncias, por pontes e por túneis e por nós imateriais.”⁶⁴

De um modo geral, a proposta final caracteriza-se por uma intervenção, que, no nosso ponto de vista, não pode ser considerada um fachadismo. Esta tenta reconhecer na nova estrutura um profundo respeito pela preexistência, procurando alinhamentos, respeitando pés direitos, criando um jogo de contrastes entre as diferentes épocas e adaptando-se às novas formas de habitar e às necessidades do cliente.

Tendo em conta que cada espaço é tratado segundo as suas funções espaciais e sensoriais, pareceu-nos adequado perceber a sua sucessão através de um percurso descritivo por piso, para uma melhor compreensão da proposta de intervenção.

Piso 0 (fig. 77)⁶⁵

Entrando na casa através da porta principal, posicionada a Norte da fachada Nascente, na Rua 12, deparamo-nos com o hall de entrada como espaço de receção, com pé direito duplo, tal como podemos ver no corte longitudinal (fig. 79)⁶⁶. No desenho deste hall, tentámos que existisse já uma ligação com o piso superior, criando uma relação visual com a cozinha, através de um grande vão à esquerda, e com a *mezzanine*, em frente, que definimos como um espaço mais privado da sala, que funciona como um pequeno escritório.

⁶⁴ SIZA, Álvaro – *01 textos*, Porto: Civilização Editora, 2009, p. 350.

⁶⁵ Disponível no **Anexo 2.1** da presente dissertação, na escala 1:50.

⁶⁶ Disponível no **Anexo 2.5** da presente dissertação, na escala 1:50.

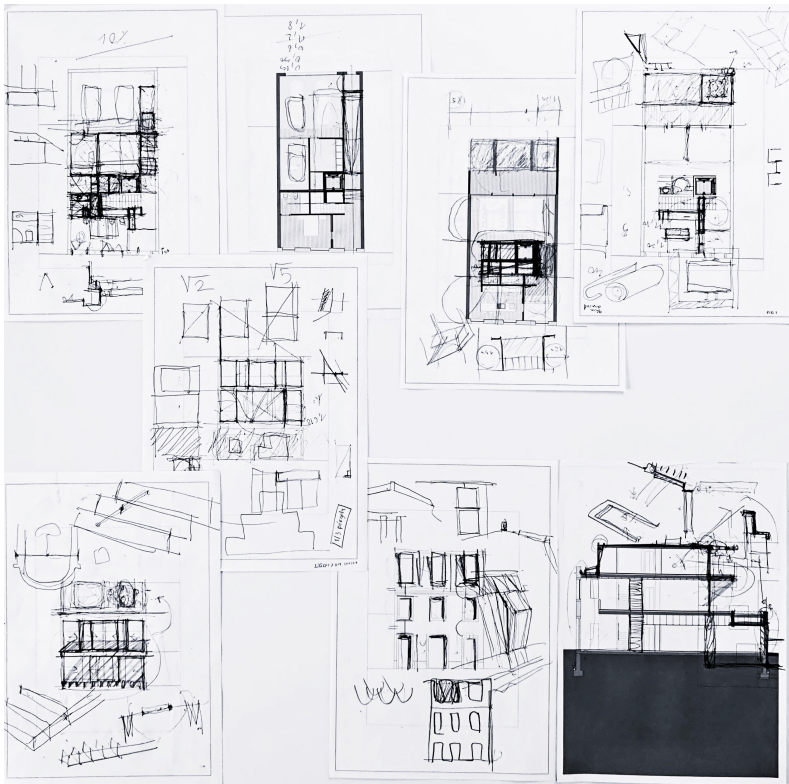


Fig. 78 | Desenhos de processo

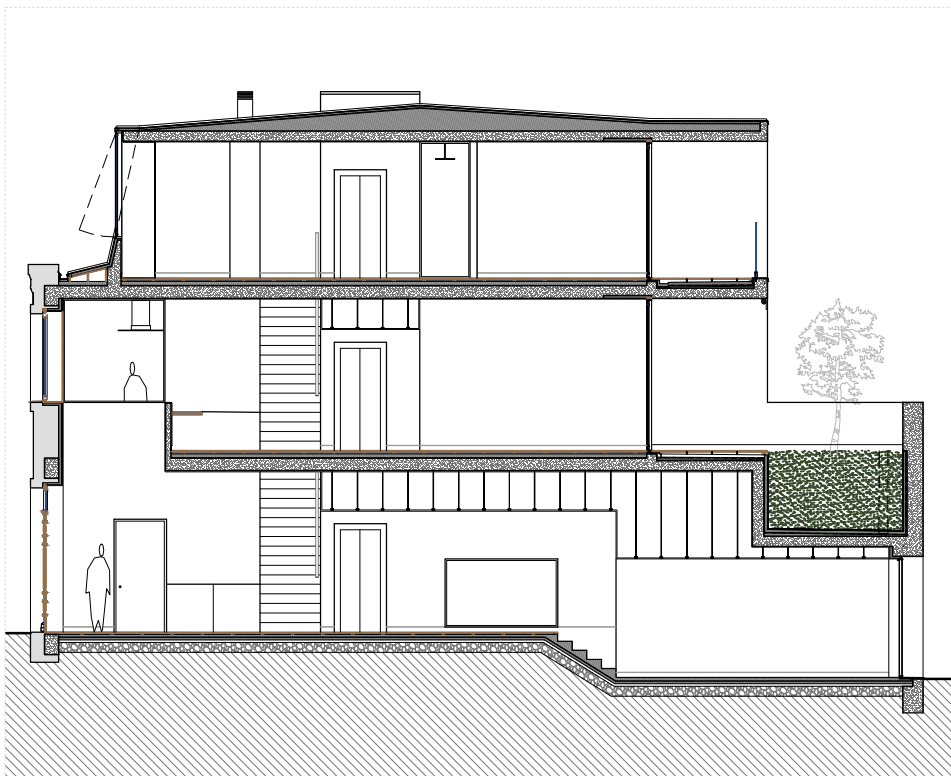


Fig. 79 | Corte longitudinal pela porta principal | Escala 1:150

Sendo que “a luz é o mais bonito, o mais rico e o mais luxuoso dos materiais utilizados pelos arquitetos”⁶⁷, este espaço adquire valor devido ao seu pé direito, que integra a janela Norte do piso superior e a luz vinda da *mezzanine*.

Logo depois de entrarmos, deparamo-nos com uma porta à esquerda (onde, na *Planta de 1924* (fig. 26), se encontra a porta para a zona de armazém), de acesso a um quarto, que fica então adossado à fachada. Considerando que falamos de uma casa para a velhice, pareceu-nos pertinente esta localização por dois motivos: o primeiro, pela facilidade de acesso a partir da rua, onde numa fase inicial pode até funcionar como espaço comercial; o segundo, caso o cliente precise de cuidados permanentemente, este quarto poderá ser utilizado como quarto de apoio (para enfermeira/empregada), sem retirar-lhe a sua privacidade na restante área da habitação, especialmente no piso onde se encontra o quarto principal. Neste quarto, desenhámos um quarto de banho preparado para pessoas com mobilidade reduzida, optando por fazer uma divisão entre a zona do lavatório e as restantes. Este espaço foi pensado também com um pé direito mais baixo, que o distingue da restante área do quarto.

A sua privatização foi uma das maiores dificuldades que sentimos, devido à forte ligação com a rua. A nossa principal preocupação era não descaracterizar completamente a fachada preexistente com uma intervenção pelo exterior. Depois de procurarmos várias soluções, optámos por desenhar portas de batente de duas folhas a ocupar todo o vão e combater a falta de privacidade com portadas de madeira pelo interior.

Voltando ao hall de entrada, continuando em frente, acabamos por sentir uma diferenciação no espaço, quando o pé direito diminui e passamos para a zona abaixo da *mezzanine* (fig. 79).

É neste segundo momento que encontramos um móvel que remata a escada tiro (onde fomos buscar o alinhamento transversal à preexistência), deixando à vista apenas dois degraus, para que seja possível localizarmos imediatamente os acessos verticais desde a entrada no edifício.

⁶⁷ BAEZA, Alberto Campo – *Pensar com as mãos*, 2ª Edição, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013, p. 53.

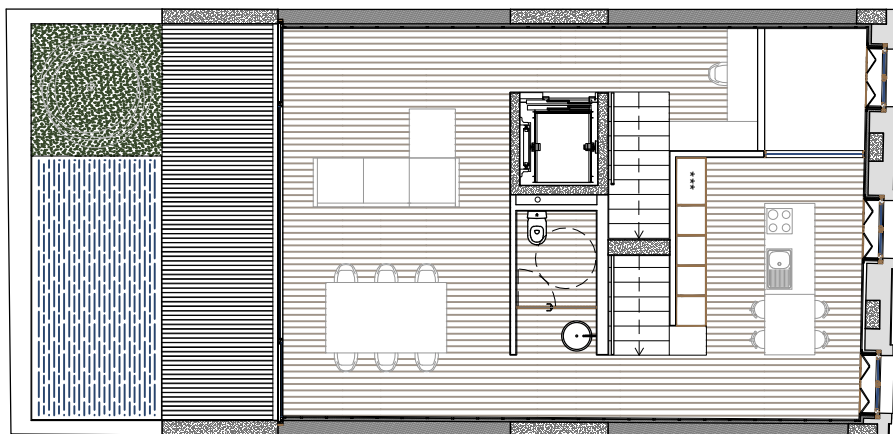


Fig. 80 | Planta Piso 1 | Escala 1:150

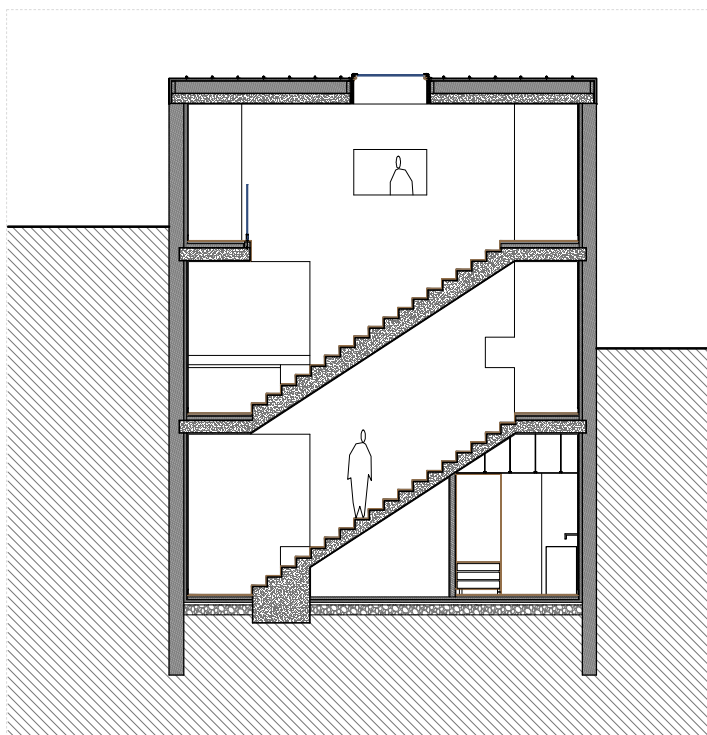


Fig. 81 | Corte transversal pela escada | Escala 1:150

É o espelho do último degrau que traça uma linha longitudinal, onde encontramos o elevador e um corredor que nos leva até à garagem. Neste corredor, abrimos um vão para o ginásio (*fig. 79*), de forma a criar alguma dinâmica entre os diferentes espaços.

A diferença de cotas relativamente aos limites Este e Oeste do lote foi aqui resolvida através do desenho de cinco degraus, no alinhamento do ginásio e lavandaria/zona de arrumos. Para resolvermos o problema trazido por este desnível relativamente à mobilidade e acessibilidade, optámos por introduzir uma plataforma rebatível para cadeiras de rodas. Esta solução pareceu-nos mais estável do que o desenho de uma rampa com 10% de inclinação, já que a ideia também não seria condicionar totalmente o projeto às questões de mobilidade.

Assim, depois deste desnível, encontramos-nos já na garagem, para onde se abrem o ginásio e a lavandaria, através de uma frente envidraçada, que procura luz, ventilação, mas também o conceito de permeabilidade visual, um dos princípios de definição desta proposta.

No desenho destes três espaços quisemos também jogar com os pés direitos, sendo a garagem mais baixa, trazendo assim algumas vantagens no desenho do espaço exterior do primeiro piso.

Piso 1 (*fig. 80*)⁶⁸

O primeiro piso foi pensado como um espaço único, onde as divisões surgem através da colocação estratégica do volume de acessos verticais, fugindo aos tradicionais compartimentos fechados através de paredes/portas.

Quando subimos as escadas desde o rés-do-chão, encontramos um patamar que nos leva, à esquerda, até à cozinha, e à direita, até à sala e restantes espaços deste piso.

Os últimos dois degraus são acompanhados por um nicho que abrimos num dos módulos de um armário de apoio à cozinha, como podemos ver no corte transversal (*fig. 81*)⁶⁹. Este nicho faz com que, quando subimos as escadas, tenhamos imediatamente uma visão da cozinha, que está adossada

⁶⁸ Disponível no **Anexo 2.2** da presente dissertação, na escala 1:50.

⁶⁹ Disponível no **Anexo 2.6** da presente dissertação, na escala 1:50.



Fig. 82 | *Casa Cristina Silva*, José Gigante

Referência para o redesenho dos vãos da cozinha, considerando a preexistência.

à fachada preexistente, logo, acaba por ser uma área não só de trabalho, mas que consideramos um espaço diferenciado, principalmente devido à dimensão dos vãos das janelas e ao seu pé direito elevado (*fig.82*).

A cozinha é, então, pensada com um armário até ao teto que a separa dos acessos verticais, onde se encontram os eletrodomésticos de maior dimensão e a zona de arrumação, e por uma ilha central, onde desenhámos o lavatório, o fogão e a área de trabalho/preparação de alimentos. Tem ainda um espaço de refeições preparado para quatro pessoas, como alternativa à utilização da sala de jantar.

Como já referimos, para valorizar a transparência entre os espaços, abrimos um vão para o hall de entrada, alinhado pela altura da ilha. Deste modo, é possível um acesso visual tanto para a zona de entrada, como para o escritório, que descreveremos no decorrer deste capítulo.

Relativamente às janelas, optámos pela caixilharia em madeira, com janelas de batente de duas folhas e portadas interiores, substituindo, obviamente, as preexistentes, mas seguindo a sua linguagem.

Voltando ao patamar, se virarmos para a direita, em direção a Poente, encontramos novamente à direita a instalação sanitária social, que optámos por dividir em dois espaços. Nesta zona, o pé direito é reduzido para 2,40m e encontramos, numa primeira fase, um lavatório cilíndrico acompanhado por um painel em madeira, e numa segunda fase, através da abertura deste painel, a zona da retrete, preparada também para pessoas com mobilidade reduzida.

Deste modo, conseguimos que este espaço tenha características distintas das instalações sanitárias correntes, abrindo a zona do lavatório para o espaço de circulação sem qualquer complexo.

Após a passagem por este espaço, encontramos a sala, numa relação intrínseca com o exterior.

A sala vai buscar o limite exterior à preexistência, sendo um espaço estável onde decidimos que a zona de jantar ficaria na continuidade da cozinha e a zona de estar ficaria ligada a um espaço mais privado.



Fig. 83 | *Casas-pátio*, Matosinhos, Eduardo Souto Moura
Referência para desenho da sala/ relação interior-exterior.

Quando falamos desta área mais privada, falamos dos espaços a partir do patamar de saída do elevador. Este espaço é um elemento de divisão, onde diminuámos também o pé direito (*fig. 79*), para criar a sensação de transição entre a sala de estar, as escadas que dão acesso ao quarto principal e o pequeno escritório, uma zona mais íntima da sala.

O escritório é, como já referimos, uma varanda para o hall de entrada, onde desenhámos uma secretária voltada para a fachada principal, onde o cliente pode apreciar a relação entre o “novo” e o preexistente (*fig. 79*).

Voltando à sala de estar e de jantar, parece-nos pertinente falar sobre a sua relação com o exterior. O principal objetivo neste desenho era relacionar o interior com o exterior de uma forma intrínseca, não só através da continuidade do pavimento, mas também da caixilharia – tal como faz Eduardo Souto Moura nas casas-pátio, em Matosinhos (*fig. 83*). Deste modo, optámos pela utilização de caixilharia de correr em alumínio, que recolhe no centro. Assim, tentámos criar uma sensação de prolongamento do interior para o exterior e do exterior para o interior, como se se tratasse de um só espaço.

Devido às diferenças de cota entre os limites do lote, depois da zona de estar e do espaço de refeições exterior, conseguimos introduzir uma piscina com aproximadamente 1,20m de profundidade e uma cobertura ajardinada, onde introduzimos uma árvore. Estes elementos foram pensados através de uma divisão tripartida da largura do lote, onde 2/3 correspondem à piscina, a Sul, e 1/3 corresponde ao jardim, a Norte.

Piso 2 (*fig. 85*)⁷⁰

Quando falamos do segundo piso, falamos de um novo elemento que integrámos na proposta de intervenção deste edifício. Apesar das condicionantes descritas no RGEU⁷¹, esta ampliação foi imprescindível para compreender todos os espaços solicitados pelo cliente, sendo que trouxe à fachada principal um conjunto de elementos contemporâneos que a vão

⁷⁰ Disponível no **Anexo 2.3** da presente dissertação, na escala 1:50.

⁷¹ RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

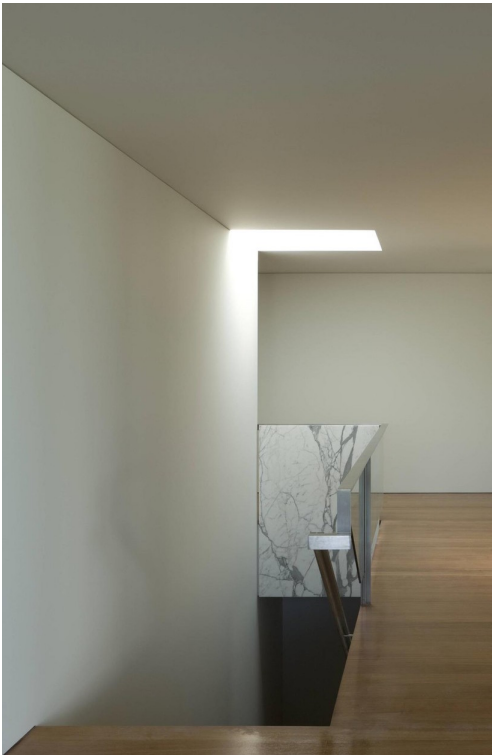


Fig. 84 | *Casa na Maia*, Eduardo Souto Moura
Referência para desenho da claraboia.

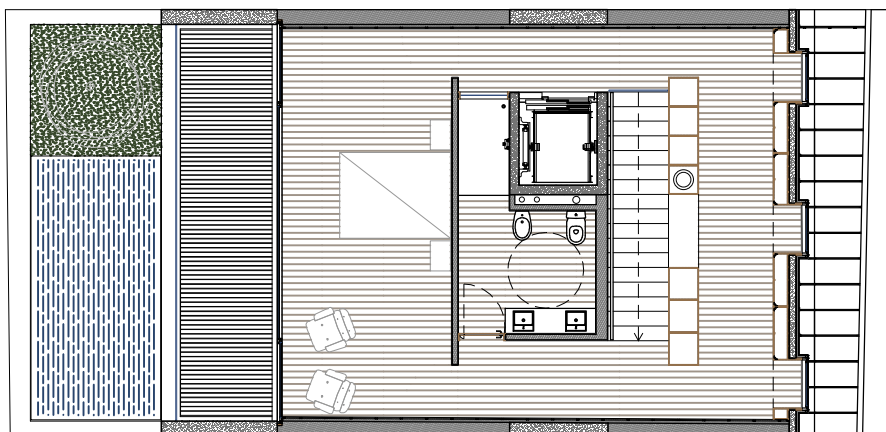


Fig. 85 | Planta Piso 2 | Escala 1:150

interligar com a nova fachada, a Poente, beneficiada com este aumento, principalmente a nível de escala e proporção.

O pé direito deste piso é invariável em toda a sua extensão, sendo aproximadamente 2,60m. Esta consequente diminuição do pé direito ao longo dos pisos acaba por relacionar-se com a evolução e com as novas formas de habitar, já que, hoje em dia, um espaço com 2,40m é considerado um espaço estável para habitação.

No decorrer do processo de projeto, pareceu-nos vantajoso que este novo piso mantivesse a continuidade do volume de acessos verticais, volume este que volta a ser crucial na divisão dos espaços.

O acesso a este piso, como já descrevemos, é feito através de uma zona privada da sala. Deste modo, pareceu-nos interessante que todo ele fosse um espaço aberto, já que falamos do quarto principal que integra um quarto de banho e o quarto de vestir. Assim sendo, o programa vai distribuir-se livremente em torno do volume de acessos verticais, onde integrámos o quarto de banho.

No percurso de subida através das escadas, encontramos de imediato dois elementos que marcam este espaço.

O armário do quarto de vestir, à esquerda, relaciona-se com o volume da escada através de uma abertura que o interrompe e que se alinha por cinco degraus. No alinhamento destes cinco degraus desenhámos uma claraboia, que vem iluminar todo este espaço, que seria escuro e fechado (*fig. 84*). Tal como defende Peter Zumthor, *“no que se refere à luz, natural e artificial, devo confessar que a natural, a luz sobre as coisas, às vezes me emociona de tal maneira que até acredito perceber algo espiritual. (...) Para um arquiteto, ter essa luz é mil vezes melhor que ter luz artificial”*.⁷²

Por conseguinte, quando chegamos a este novo piso, encontramos, a Nascente, o quarto de vestir, e a Poente, o quarto principal.

⁷² ZUMTHOR, Peter - *Atmosferas*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2006, p. 60.



Fig. 86 | Casa do Conto, Pedra Lúida
Referência para desenho do quarto.

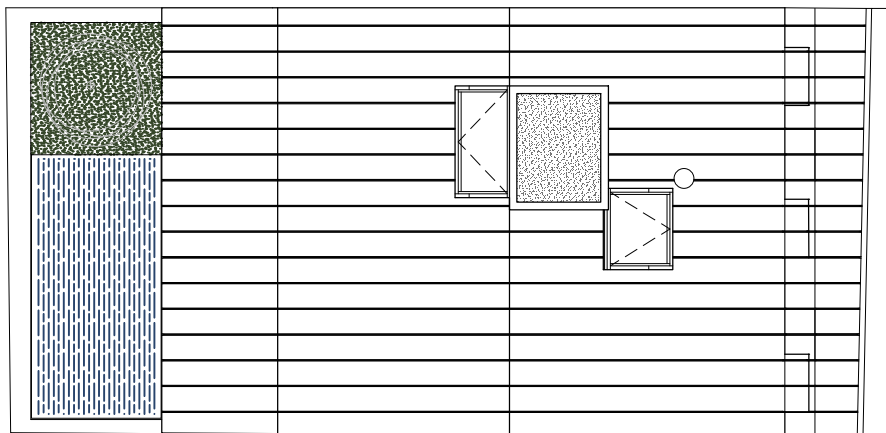


Fig. 87 | Planta de coberturas | Escala 1:150

O quarto de vestir foi desenhado, então, através de dois grandes armários: o que o separa dos acessos verticais e o que remata a inclinação da parede a Nascente. Este segundo, percorre toda a extensão da parede, do chão até ao teto, excluindo a zona das janelas projetantes, que se alinham pelas janelas do piso inferior, e iluminam e ventilam todo o quarto de vestir.

Se voltarmos atrás, para o hall das escadas, encontramos à direita o quarto de banho, também desenhado de acordo com o regime de acessibilidades. Introduzimos aqui um lavatório duplo e uma base de duche excecional, que se abre para o hall do elevador através de um vão envidraçado e para cima através do desenho de uma claraboia que preenche toda a sua área (*fig. 87*⁷³), tornando este espaço algo singular.

A entrada no quarto é feita de uma forma muito direta, já que decidimos não desenhar portas nos limites da parede da cabeceira (*fig. 86*).

Tendo em conta a sua extensão, acrescentámos-lhe uma zona de estar, voltada para a varanda que percorre toda a sua largura e controla, na medida do possível, a exposição solar no piso inferior.

⁷³ Disponível no **Anexo 2.4** da presente dissertação, na escala 1:50.

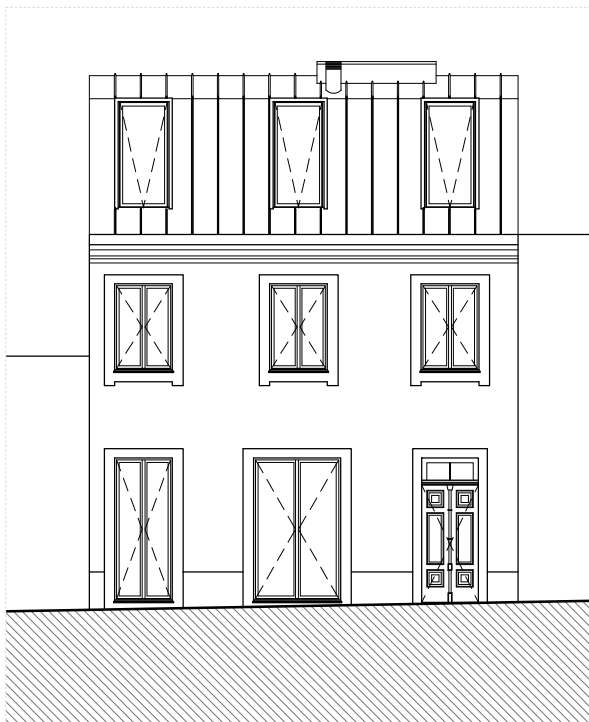


Fig. 88 | Alçado Rua 12 | Escala 1:150

Alçado Rua 12 (fig. 88)⁷⁴

Definido como objetivo manter a expressão exterior da fachada da Rua 12, por motivos já expostos no decorrer desta dissertação, houve a necessidade de respeitar a imagem que há quase cem anos define esta rua.

Assim sendo, decidimos recuperar todos os elementos que constituem a fachada preexistente, com a exceção da caixilharia, que, indiscutivelmente, terá de ser substituída, mas que decidimos manter em madeira.

Relativamente ao piso térreo, resolvemos manter o desenho da porta original e alterar a expressão dos dois vãos do armazém, optando por colocar a caixilharia pelo exterior com portadas de madeira pelo interior. Desta forma, numa fase inicial, este espaço que foi desenhado como um quarto de apoio pode também funcionar como espaço comercial e independente, sem interferir com os restantes espaços da habitação.

No primeiro piso quisemos de alguma forma modernizar o desenho da caixilharia, retirando-lhe as bandeiras, mas continuando com janelas de duas folhas de batente, com portadas de madeira pelo interior.

O novo piso traz-nos um desenho contemporâneo que se vai relacionar com a preexistência através da proporção e do alinhamento dos vãos. Desenhámos aqui janelas projetantes que se destacam da parede inclinada, revestida, tal como a cobertura, a camarinha de zinco.

Desta forma tentámos criar uma relação entre as duas linguagens, sem recorrer a imitações artificiais, assumindo as características do tempo em que vivemos, onde através do recuado conseguimos um diálogo entre duas expressões separadas por um século.

⁷⁴ Disponível no **Anexo 2.7** da presente dissertação, na escala 1:50.

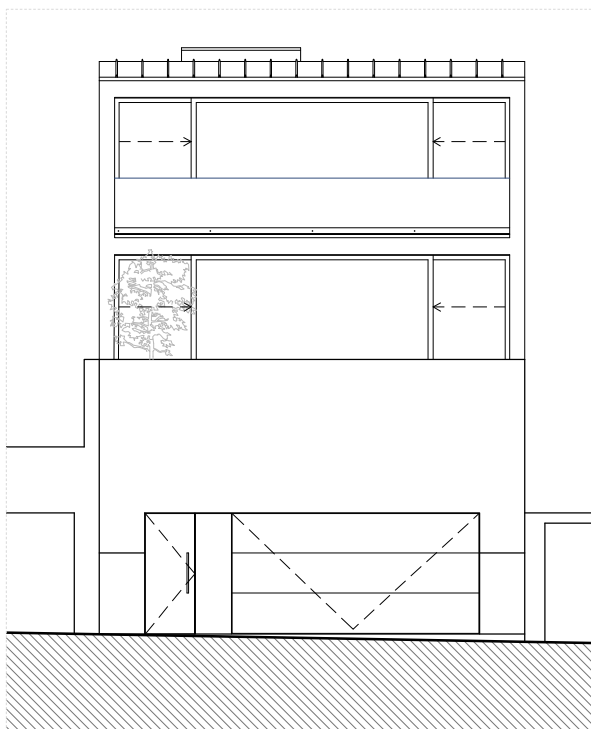


Fig. 89 | Alçado Rua 10 | Escala 1:150

Alçado Rua 10 (fig. 89)⁷⁵

O desenho do alçado da Rua 10 foi, sem dúvida, o maior desafio que sentimos em todo o desenvolvimento do projeto. O estado em que se encontra atualmente permitiu-nos alargar as possibilidades, já que não existem restrições que envolvam elementos preexistentes.

Desta forma, optámos por uma solução onde se distinguísse a clareza das formas e que, conseqüentemente, trouxesse a expressão interior do edifício (baseada na fachada Nascente) para o seu exterior, melhorando o desenho da rua através do respeito pela envolvente.

Nesta frente, decidimos deixar à vista o betão, que funciona também como solução estrutural, como explicamos no próximo ponto deste capítulo.

Em primeiro plano, no piso térreo, desenhamos a parede que nos leva à garagem e que funciona, ao mesmo tempo, como guarda do piso superior. Na zona de entrada optámos por desenhar um vão recuado, que se diferencia do betão através do seu revestimento, em chapa metálica e do seu lambrim, em granito, a 2/3 da altura do vão.

Desta forma, conseguimos aqui um plano único que se alinha com a envolvente e, simultaneamente, com o interior e a fachada da Rua 12.

Em relação ao primeiro e segundo pisos, decidimos inseri-los numa caixa de betão, com a caixilharia aqui em alumínio a preencher todo o vão, de forma a aproveitar o espaço exterior no primeiro piso e a varanda no segundo piso.

Na relação entre estes dois pisos nota-se uma simetria conseguida através do desenho da caixilharia, que é constituída por um pano fixo a meio e duas portas de correr nas laterais.

É indiscutível a diferença de linguagem entre as duas frentes do edifício, que, através desta intervenção, se conseguem unir através de um diálogo temporal. O nosso objetivo nunca foi imitar a expressão preexistente do edifício, mas torná-lo atual, através de uma intervenção que o beneficiasse e tivesse como princípio a relação com a preexistência, neste caso, a fachada Nascente.

⁷⁵ Disponível no **Anexo 2.7** da presente dissertação, na escala 1:50.

4.3 | SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS

Quando falamos de soluções construtivas e estruturais, tal como da escolha dos materiais, sabíamos desde o início deste processo que todo o edifício teria de ser demolido, exceto a fachada principal, que ainda apresenta condições de sustentabilidade.

Apesar da significativa mudança no edifício, refazer atualmente o que se fazia há um século, além de difícil, seria incoerente. A evolução das técnicas e o aparecimento de novos materiais não podem ser ignorados nas intervenções contemporâneas, já que o seu objetivo é responder às exigências de conforto das novas formas de habitar.

Na nossa proposta, optámos por desenhar todas as lajes do edifício (incluindo a do novo piso) em betão maciço, que estão se suportam em pilares de betão ao longo das paredes laterais. Esta é uma solução contemporânea que nos traz plasticidade e segurança, permitiu uma maior liberdade no desenho do interior, não ficando condicionados por soluções completamente desatualizadas em relação ao programa que se pretende praticar.

Esta solução traz-nos também vantagens ao nível estrutural do edifício, igualando uma grande parte da estrutura com o mesmo material, que é utilizado como acabamento final em vários momentos, como explicámos no capítulo anterior. Tudo isto sem esquecer o profundo respeito pela preexistência, conservando-a pelo exterior, reforçando-a e utilizando os novos métodos com o objetivo de criar espaços mais estáveis e mais seguros, respeitando as cotas e o posicionamento das antigas lajes.

Independentemente de termos uma demolição total do interior e de uma das frentes, assumimos que conseguimos criar um forte diálogo entre estas duas linguagens.

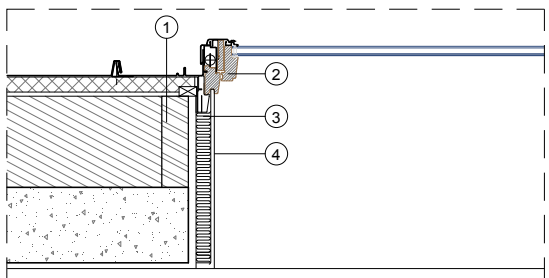


Fig. 90 | Corte transversal pela cobertura - claraboia | Escala 1:20

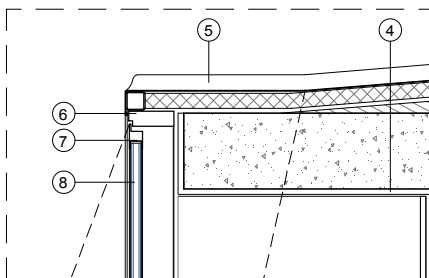


Fig. 91 | Corte transversal pela cobertura | Escala 1:20

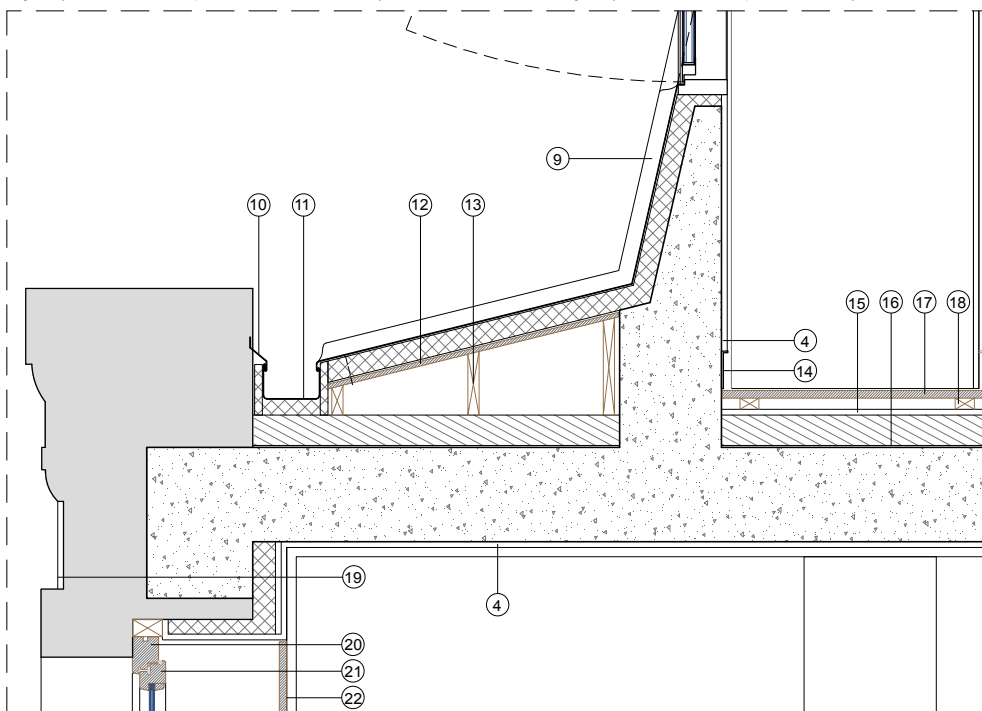


Fig. 92 | Corte pela fachada principal | Escala 1:20

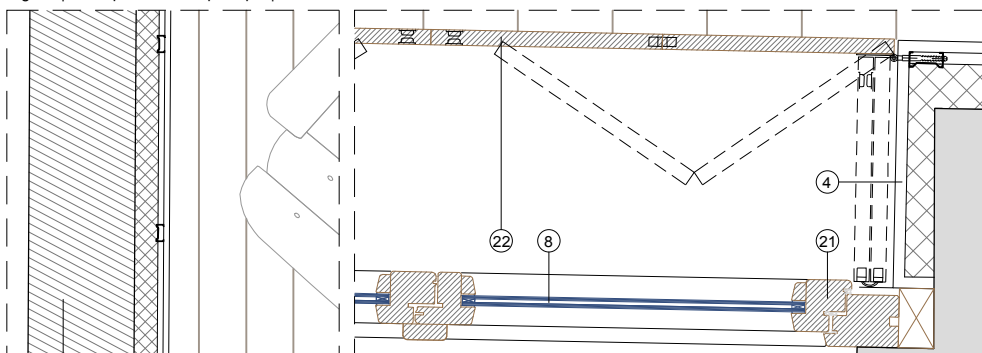
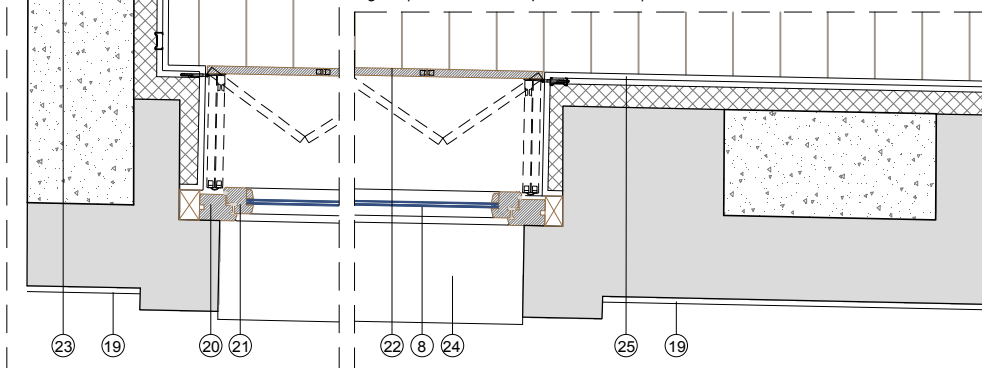


Fig. 93 | Corte horizontal pela caixilharia | Escala 1:10



Figs. 93 e 94 | Corte horizontal - remate das paredes laterais com preexistência | Corte horizontal pela fachada principal | Escala 1:20

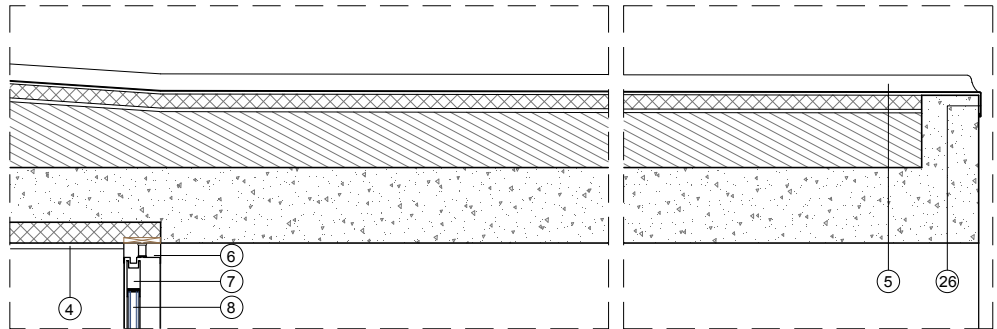


Fig. 96 | Corte pela cobertura | Escala 1:20

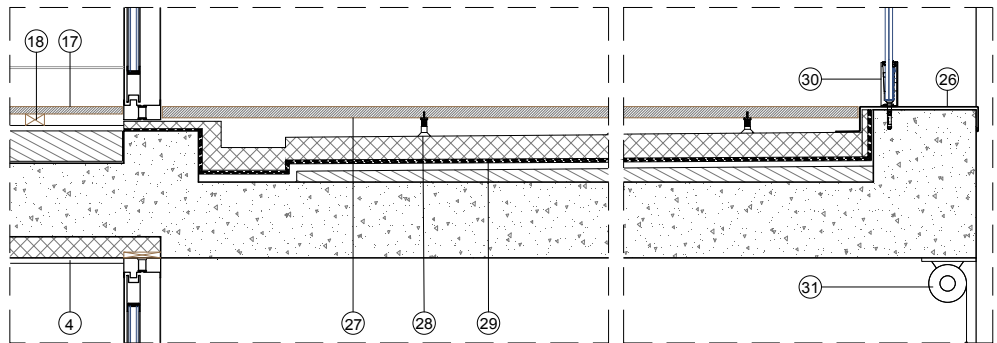


Fig. 97 | Corte pela fachada Poente | Escala 1:20

Legendas:

- | | | | |
|------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| ① Calbro | ⑩ Rufo | ⑳ Aro da janela (mad.) | ③① Guarda em vidro |
| ② Claraboia | ⑪ Caleira | ⑲ Folha de janela (mad.) | ③② Blackout |
| ③ Isolamento térmico | ⑫ Placa de MDF | ⑳ Portadas em madeira | ③③ Canal drenante |
| ④ Reboco exterior | ⑬ Suporte em madeira | ㉑ Bloco de cimento | ③④ Tela drenante |
| ⑤ Cob. camarinha zinco | ⑭ Rodapé invertido | ㉒ Peitoril | ③⑤ Manta retenção hum. |
| ⑥ Aro da janela | ⑮ Regularização | ㉓ Placa gesso cartonado | ③⑥ Manta anti-raiz |
| ⑦ Folha da janela | ⑯ Tela de corte acústico | ㉔ Chapa capeamento | ③⑦ Tela de corte acústico |
| ⑧ Envidraçado | ⑰ Soalho | ㉕ Deck em madeira | ③⑧ Teto falso gesso cart. |
| ⑨ Rev. camarinha zinco | ⑱ Barrote | ㉖ Montante metálico | ③⑨ Aro de porta |
| | ⑲ Reboco exterior | ㉗ Geotêxtil | ③⑩ Folha de porta |

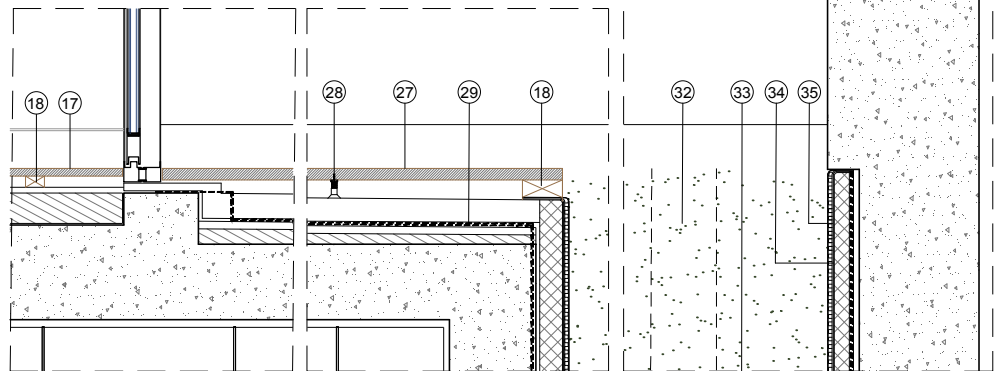


Fig. 98 | Corte pela fachada Poente | Escala 1:20

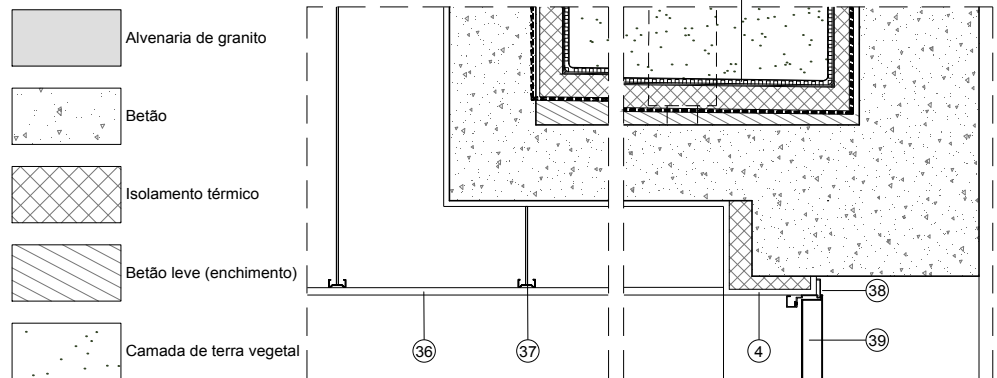


Fig. 99 | Corte pela fachada Poente - cobertura ajardinada | Escala 1:20

- | | |
|--|-------------------------|
| | Alvenaria de granito |
| | Betão |
| | Isolamento térmico |
| | Betão leve (enchimento) |
| | Camada de terra vegetal |

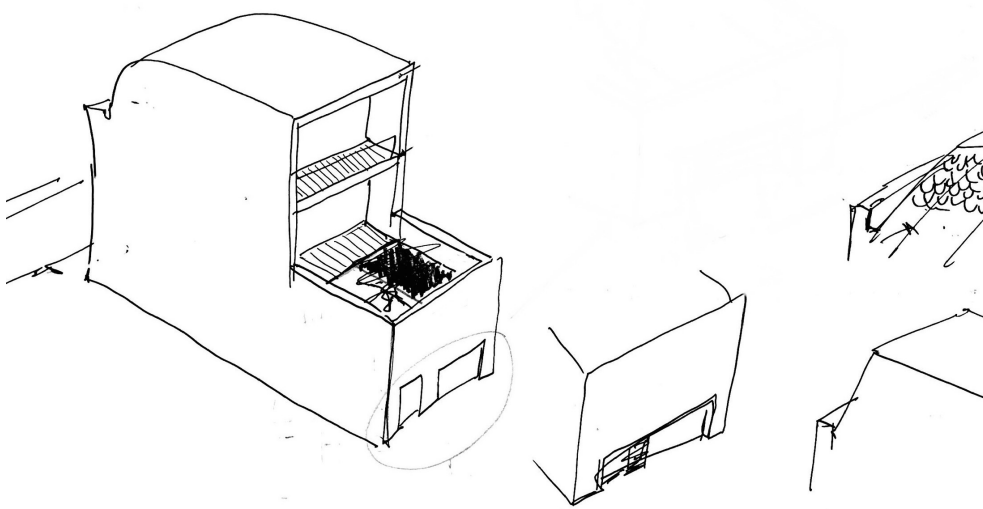


Fig. 100 | Esquisso proposta final | Nuno Lacerda Lopes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso percorrido ao longo da elaboração da presente dissertação representa o desenvolvimento de um projeto de arquitetura que, pelo seu caráter, possibilitou uma evolução no meu conhecimento enquanto futura arquiteta.

De facto, a aproximação ao contexto real trouxe uma maior responsabilidade a nível projetual, que tentámos assumir através do estudo e análise dos diversos temas abordados.

A necessidade de um conhecimento aprofundado sobre o tema da reabilitação e as dúvidas sobre a forma como devíamos intervir, tendo em conta todas as condicionantes, resultaram em conteúdos realmente significativos na etapa final do percurso académico.

O estudo da história, do lugar e do próprio edifício aliado à investigação de projetos reais que nos auxiliaram a determinar a estratégia de intervenção, permitiu-nos criar um pensamento lógico e contínuo, que satisfizesse todas as premissas.

Deste modo, assumindo uma posição e percebendo a forma como iríamos abordá-la, parece-nos que o projeto elaborado encerra uma composição caracterizada por uma intervenção profunda, que conseguiu introduzir mais uma página na história do edifício, sem recorrer a soluções empobrecedoras que poderiam resultar numa resposta “fachadista”. É possível reconhecer na nova estrutura um profundo respeito e sensibilidade pela memória do edifício, ainda que os elementos da preexistência estejam reduzidos à fachada principal.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José – *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*, Porto: FAUP Publicações, 2002.

ARÍS, Carlos Martí – *La Cimbra y el Arco*, Madrid: Fundación Caja de Arquitectos, 2008.

BAEZA, Alberto Campo - *A ideia construída* (trad. Anabela Costa e Silva), Casal de Cambra: Edições Caleidoscópio, 2008.

BAEZA, Alberto Campo – *Pensar com as mãos*, 2ª Edição, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013.

BISMARCK, Pedro Levi – *Para que tudo permaneça igual é necessário que tudo mude?* in *Revista Punkto* [disponível em <http://www.revistapunkto.com/2012/10/para-que-tu-do-permaneca-igual-e.html>].

CHOAY, Françoise - *A alegoria do património* (trad. Teresa Castro), Lisboa: Edições 70, 2010.

COSTA, Sousa – *Espinho: A Praia das Nossas Avós; A Praia das Nossas Netas*, Porto, 1949.

DOMÍNGUEZ, Javier – *Recuperar la memoria: arquitectura y legado histórico 1980-2005*, Valencia: Ediciones Generales de la Construcción, 2007.

FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, Porto: FAUP Publicações, 1999.

GIGANTE, José - *Implicações arquitectónicas: Do projecto à obra*, Porto, 2007.

GRACIA, Francisco - *Construir en lo Construido – La Arquitectura Como Modificación*, 3ª Edição, Madrid: Nerea, 2005.

GRASSI, Giorgio – *Architettura lingua morta*, Milano: Electa Spa, 1988.

HUET, Bernard – *La città come spazio abitabile: Alternative alla Carta di Atene* in *Lotus International* no 41, Milão, 1984.

LOOS, Adolf - *Escritos II 1910 – 1931*, Madrid: El Croquis Editorial, 1993.

LOPES, Nuno Lacerda – *Nuno Lacerda Lopes Architecture - Da Representação ao Projeto*, Porto: Transnética, 2012.

MENDES, Manuel (ed.) – *Sobre o 'projeto-de-arquitetura' de Fernando Távora - Fernando Távora: minha casa*. Porto: FIAJMS, 2015.

MIGUEL, Fernanda – *O primeiro autarca de Espinho e Memórias antigas 1889*, Porto: Claret Editora, 1999.

MORI, Alejandro Aravena - *El lugar de la arquitectura*, Texas: ARQ Ediciones, 2002.

MOURA, Eduardo Souto de – *Eduardo Souto de Moura*, ed. Luiz Trigueiros, Lisboa: Blau, 2000.

NEUFERT, Ernst - *Arte de projectar em Arquitectura* (trad. Benelisa Franco), Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

NEVES, José Manuel das – *Living City_Habitar a Cidade*, Cascais: True Team, 2009.

PEIXOTO, Vasco - *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*, Porto: Ed. Ordem dos engenheiros da região norte, 2012.

QUINTA, João – *Espinho: Câmara Municipal de Espinho*, Espinho: Edição do Autor, 1999.

ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

SIZA, Álvaro – *01 textos*, Porto: Civilização Editora, 2009.

SIZA, Álvaro - *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.

SIZA, Álvaro – *Imaginar a evidência*, Lisboa: Edições 70, 2006.

SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Intervenciones*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2006.

TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*, Porto: Faup Publicações, 2006.

TÁVORA, Fernando – *Do Porto e do seu Espaço* in *Comércio do Porto, Suplemento de Cultura e Arte*, 1954.

TÁVORA, Fernando – *O Problema da Casa Portuguesa* in *Fernando Távora* (ed. Luiz Trigueiros), Lisboa: Blau, 1993.

TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto: Faup Publicações, 2002.

ZUMTHOR, Peter – *Atmosferas*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2006.

ZUMTHOR, Peter - *Pensar la arquitectura*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2004.

Dissertações

BARREIRA, Hugo Daniel da Silva – *Improvisos de Progresso: Arquiteturas em Espinho (1900-1943)*, Porto: FLUP, 2013.

CASTRO, Carla Marina Gonçalves de – *Morfologia Urbana Espinhense (1863-1913)*, Porto: FLUP, 2005.

COSTA, Natália Morais da – *A Reabilitação do Antigo como Obra Nova: A partir da Arquitetura de Fernando Távora, em Guimarães*, Porto: FAUP, 2006.

OLIVEIRA, Simão Costa – *A Casa Corrente do Porto: um estudo e um projeto de reabilitação*, Porto: FAUP, 2013.

RODRIGUES, Mariana Carvalho de Melo Teixeira – *Identidade e arquitetura de memória: um projeto de reabilitação*, Porto: FAUP, 2018.

Websites

Casa Cristina Silva. Disponível em <http://0608.habitarportugal.org/>.

Plano Diretor Municipal de Espinho. Disponível em <http://portal.cm-espinho.pt/pt/viver/municipes/urbanismo/planeamento-estrategico/pdm/>.

Regime de Acessibilidades – Decreto Lei nº 163/2006. Disponível em <https://www.dgs.pt/delegado-de-saude-regional-do-norte/ficheiros-de-upload/habitat-acessibilidades-pdf.aspx>.

Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Disponível em http://www.oasrn.org/pdf_upload/rgeu.pdf/.

ICONOGRAFIA

Todas as imagens e desenhos na presente dissertação são de autoria própria, à exceção de:

Fig. 1
Biblioteca Municipal de Espinho

Fig. 2
Biblioteca Municipal de Espinho

Fig. 3
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 4
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 5
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 6
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 7
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 8
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 19
Imagem realizada pela autora a partir de imagem satélite –
<http://maps.google.pt>

Fig. 20
Imagem realizada pela autora a partir de imagem satélite –
<http://maps.google.pt>

Fig. 21
Imagem realizada pela autora a partir de imagem satélite –
<http://maps.google.pt>

Fig. 22
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 23
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 24
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 25
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 26
Arquivo da Câmara Municipal de Espinho

Fig. 47
<http://www.cnll.pt/portfolio/casa-augusta/>

Fig. 48
<https://www.pinterest.pt/pin/582301426798465461/>

Fig. 49
Imagem realizada pela autora a partir de imagem satélite –
<http://maps.google.pt>

Fig. 57
<http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243624070T9uCC8ak6Uo24ZR0.jpg>

Fig. 58
<https://www.facebook.com/josegigantearquitecto/photos/a.191414070909007/191414087575672/?type=3&theater>

Fig. 59
<https://www.facebook.com/josegigantearquitecto/photos/a.191414070909007/191414107575670/?type=3&theater>

Fig. 60
<http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243624069D6eMC8v7Nn11SZ6.pdf>

Fig. 61
<http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243624069S0rVM0hm1Px29LZ4.pdf>

Fig. 62
<https://www.facebook.com/josegigantearquitecto/photos/a.191414070909007/191414170908997/?type=3&theater>

Fig. 63

<https://www.facebook.com/josegigantearquitecto/photos/a.191414070909007/191414157575665/?type=3&theater>

Fig. 64

<http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243624070T9uCC8ak6Uo24ZR0.jpg>

Fig. 65

<http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243624070T9uCC8ak6Uo24ZR0.jpg>

Fig. 66

<http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243624069Z6fKP6md5Qs22UX3.pdf>

Fig. 67

<http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243624069Y0oME9qz6Gc50AB8.pdf>

Fig. 68

<https://www.facebook.com/josegigantearquitecto/photos/a.191414070909007/191414117575669/?type=3&theater>

Fig. 69

<http://0608.habitarportugal.org/hp2009/uploads/imgs/1243624070T9uCC8ak6Uo24ZR0.jpg>

Fig. 71

<https://www.tmagazine.es/disenio/maison-louis-carre-alvar-aalto/>

Fig. 75

<https://www.archdaily.com/637186/house-in-maia-2-eduardo-souto-de-moura/55510b12e58ece92c70001a0-house-in-maia-2-eduardo-souto-de-moura-photo>

Fig. 76

<http://www.nunovalentim.com/casa-para-duas-irmas/>

Fig. 80

<https://www.facebook.com/josegigantearquitecto/photos/a.191414070909007/191414240908990/?type=3&theater>

Fig. 82

EL CROQUIS 124: Eduardo Souto de Moura 1995-2005, Madrid, 2005, p. 75.

Fig. 84

https://www.archdaily.com.br/br/766797/casa-na-maia-2-eduardo-souto-de-moura/55510a78e58ece92c7000199-casa-na-maia-2-eduardo-souto-de-moura-foto?next_project=no

Fig. 86

https://www.archdaily.com.br/br/775993/casa-do-conto-pedra-liquida/5016343028ba0d15980010fa-casa-do-conto-pedra-liquida-photo?next_project=no

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

Sobre a Cidade | Objeto de estudo | Registo Histórico

Anexo 1.1 | Projeto de construção, 1913

Anexo 1.2 | Projeto de aumento de um piso para habitação, 1924

Sobre a Proposta | Proposta de intervenção

Anexo 2.1 | Planta piso térreo, escala 1:50

Anexo 2.2 | Planta piso 1, escala 1:50

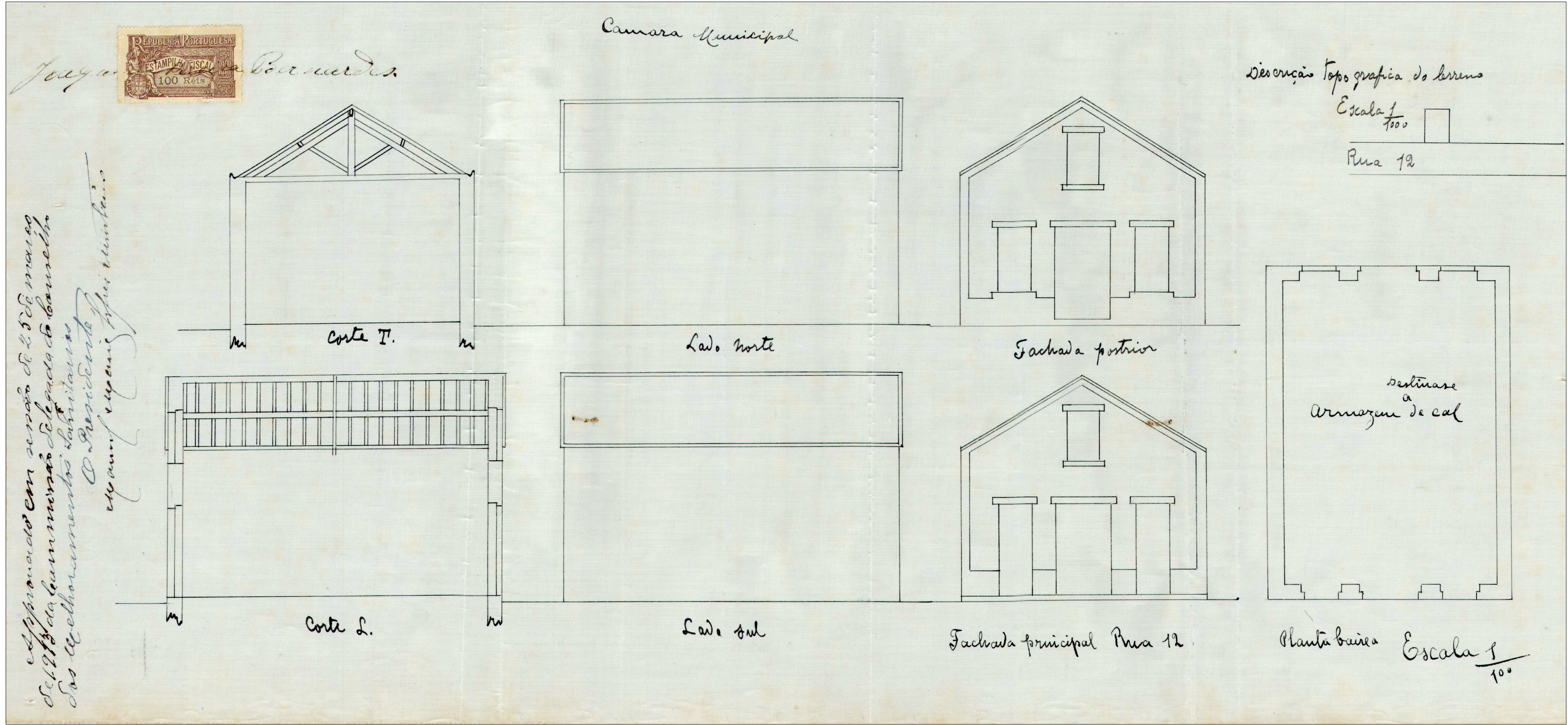
Anexo 2.3 | Planta piso 2, escala 1:50

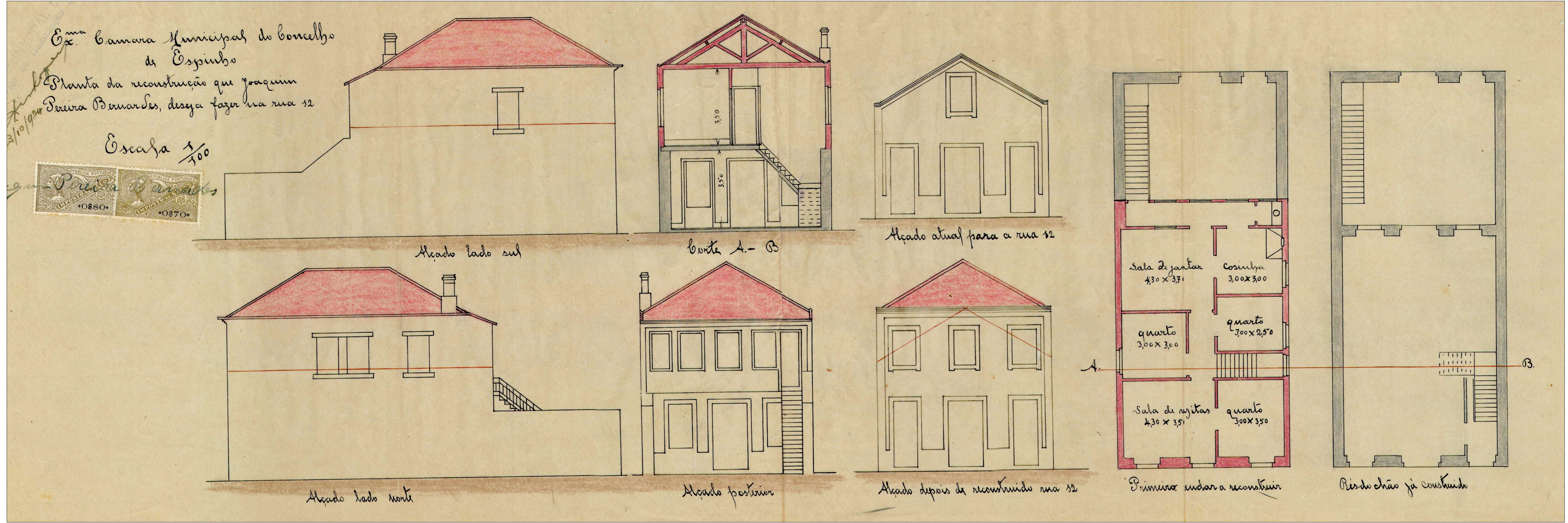
Anexo 2.4 | Planta de coberturas, escala 1:50

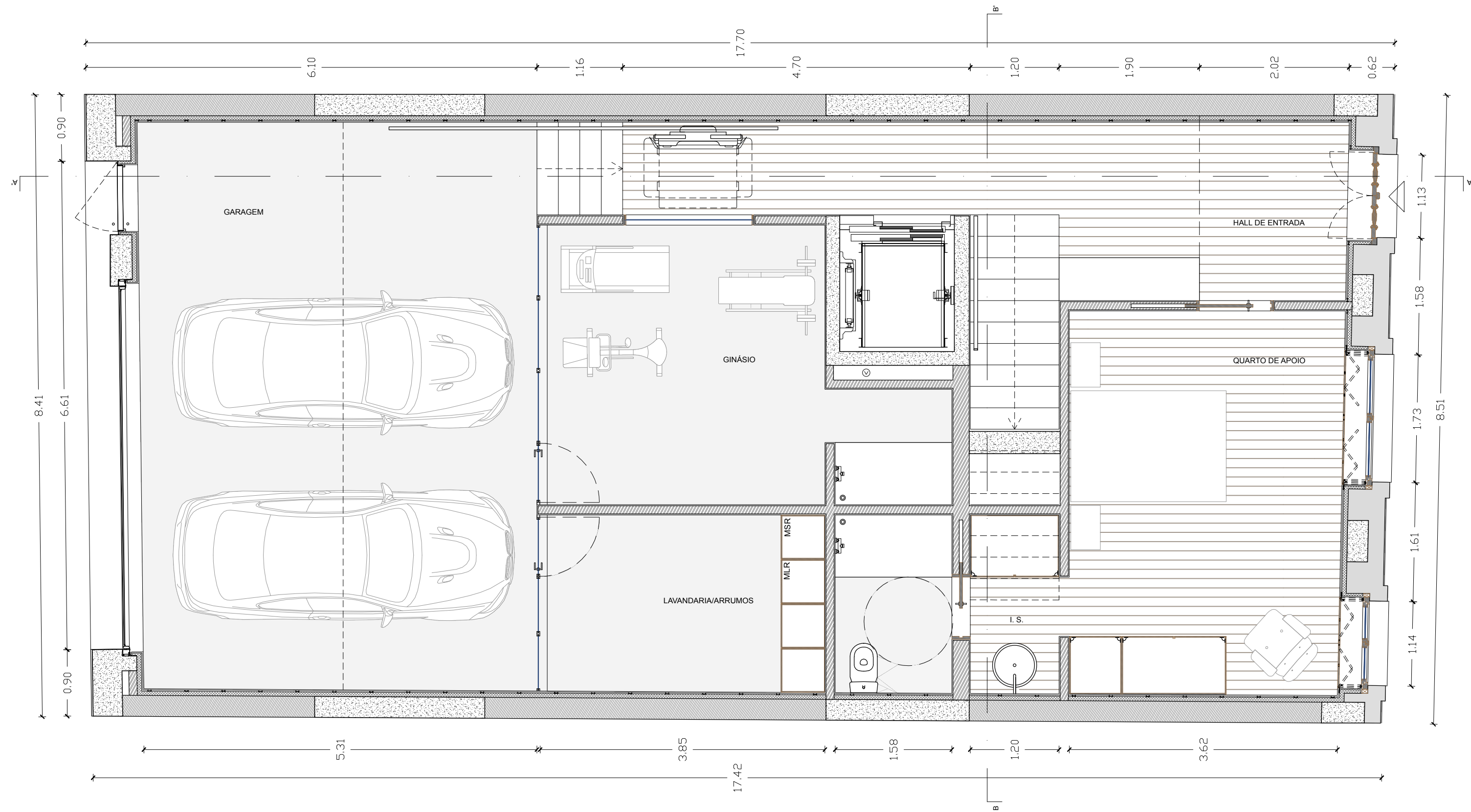
Anexo 2.5 | Corte A, escala 1:50

Anexo 2.6 | Corte B, escala 1:50

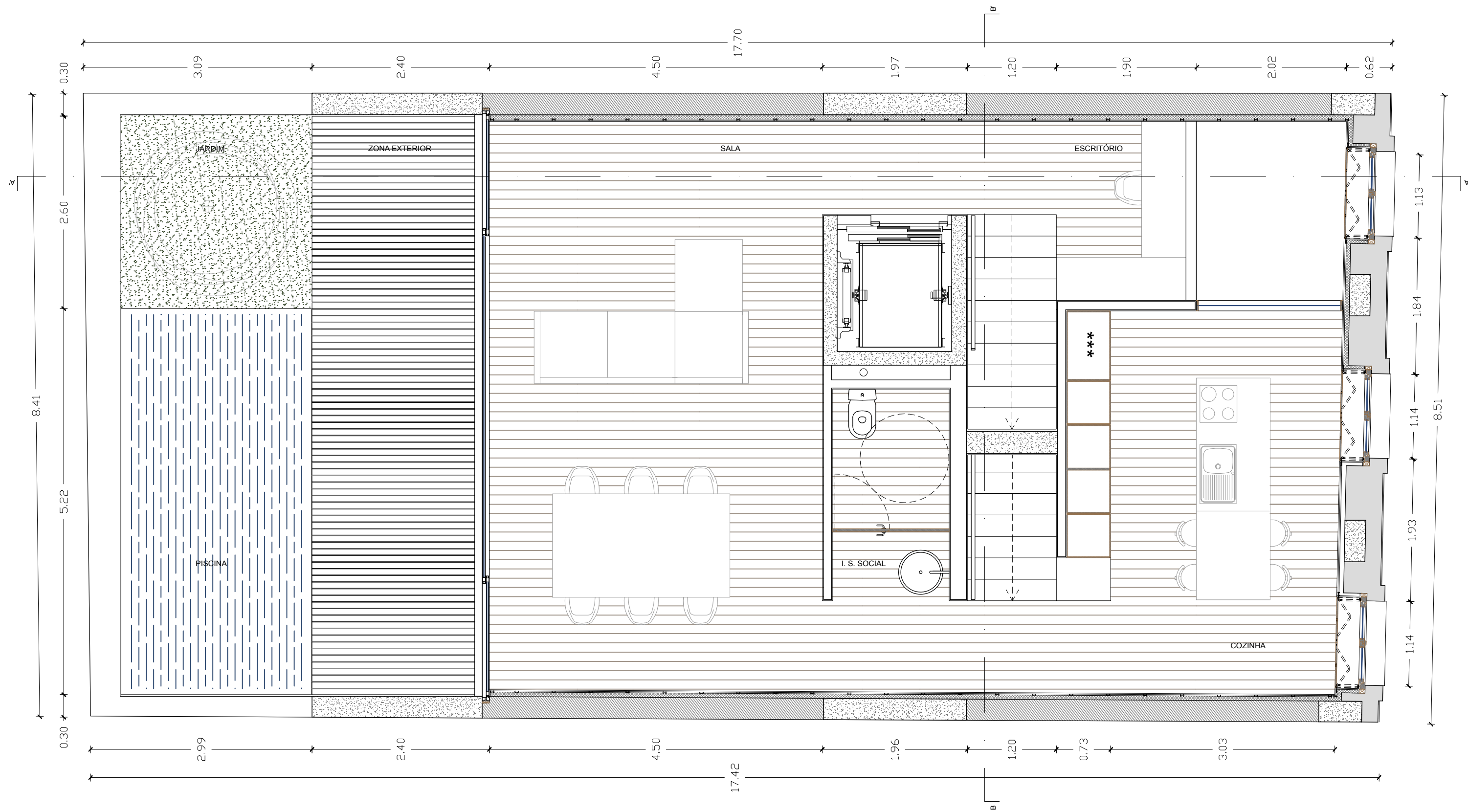
Anexo 2.7 | Alçado Rua 12 | Alçado Rua 10, escala 1:50



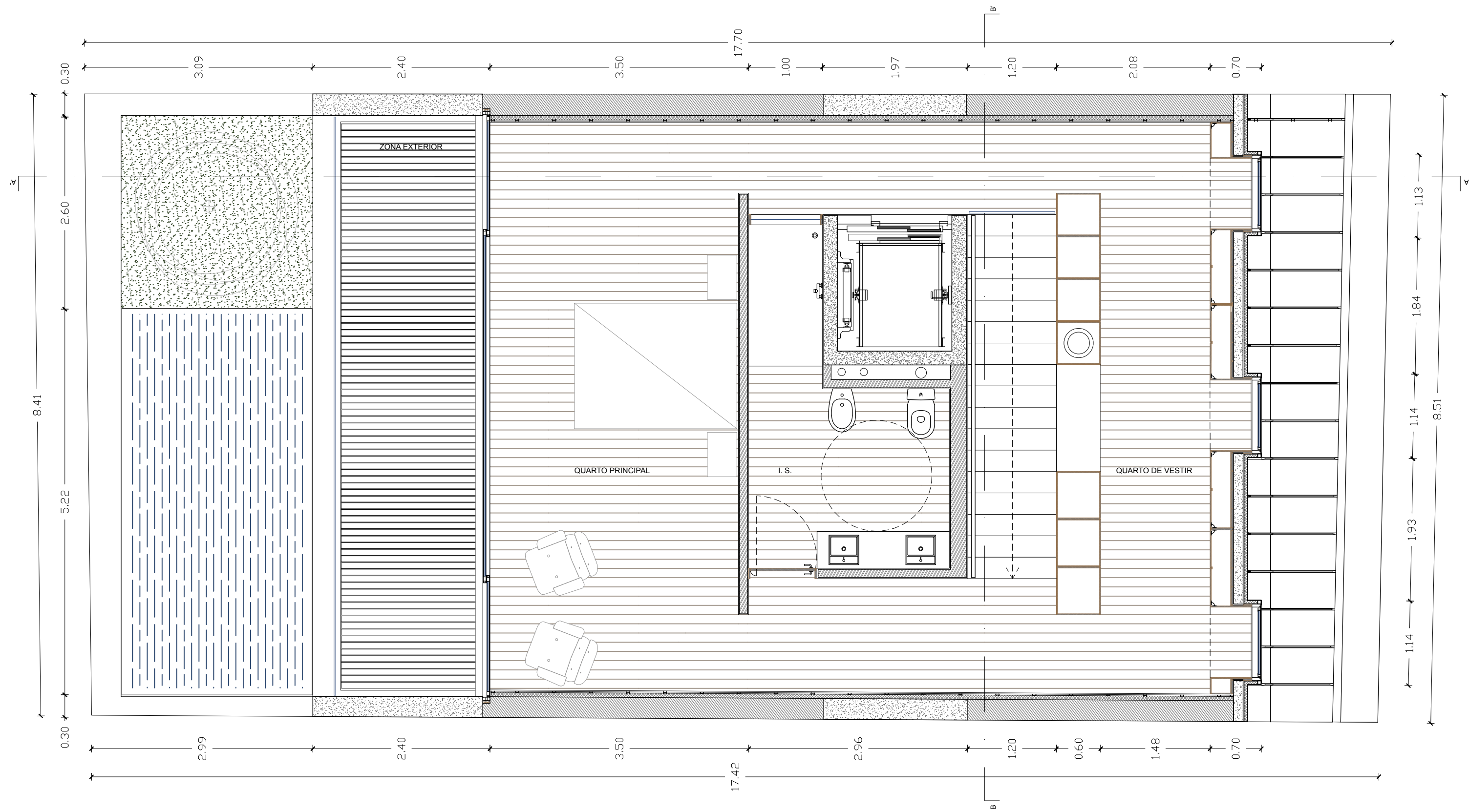




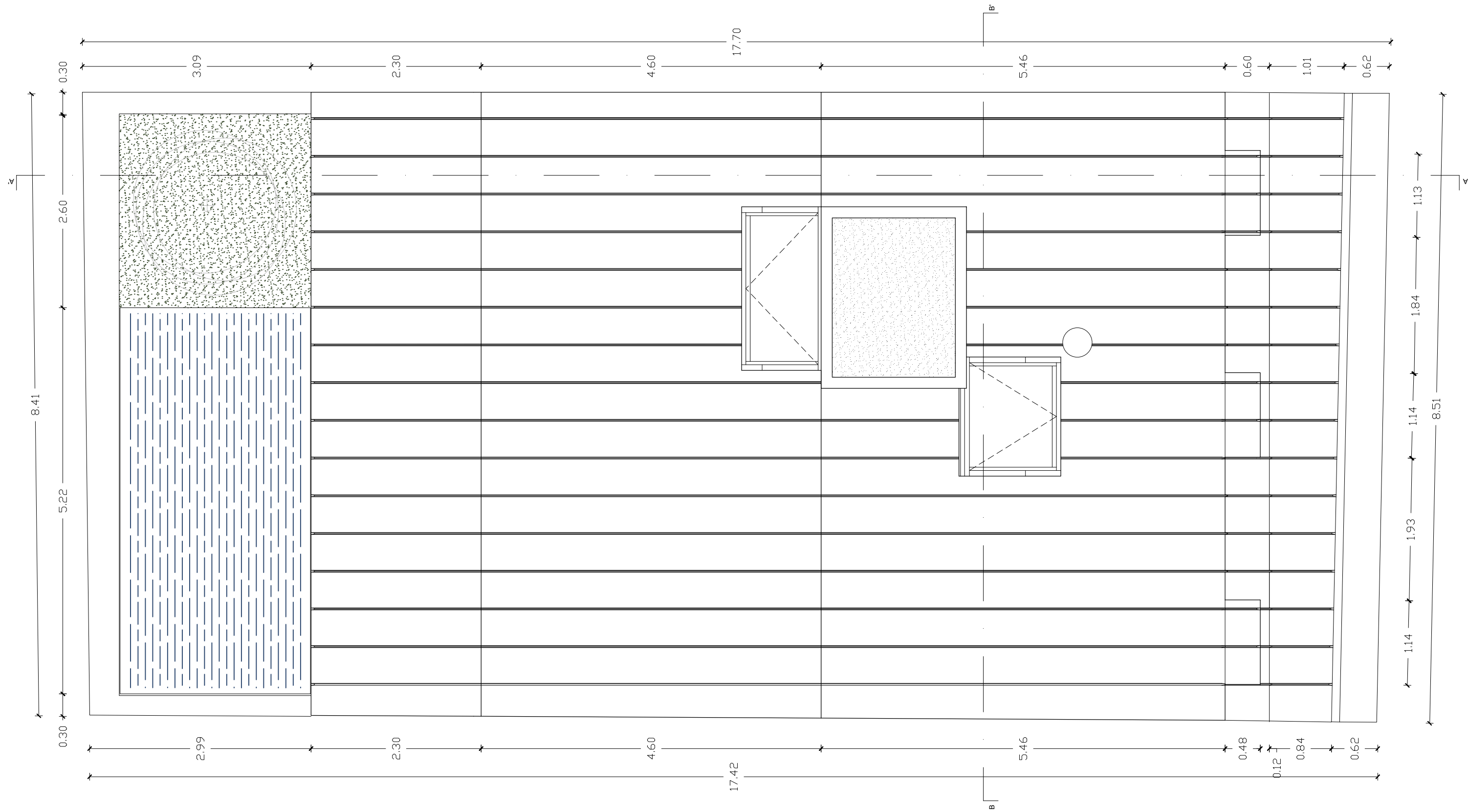
Anexo 2.1 | Planta Piso 0
Escala 1:50



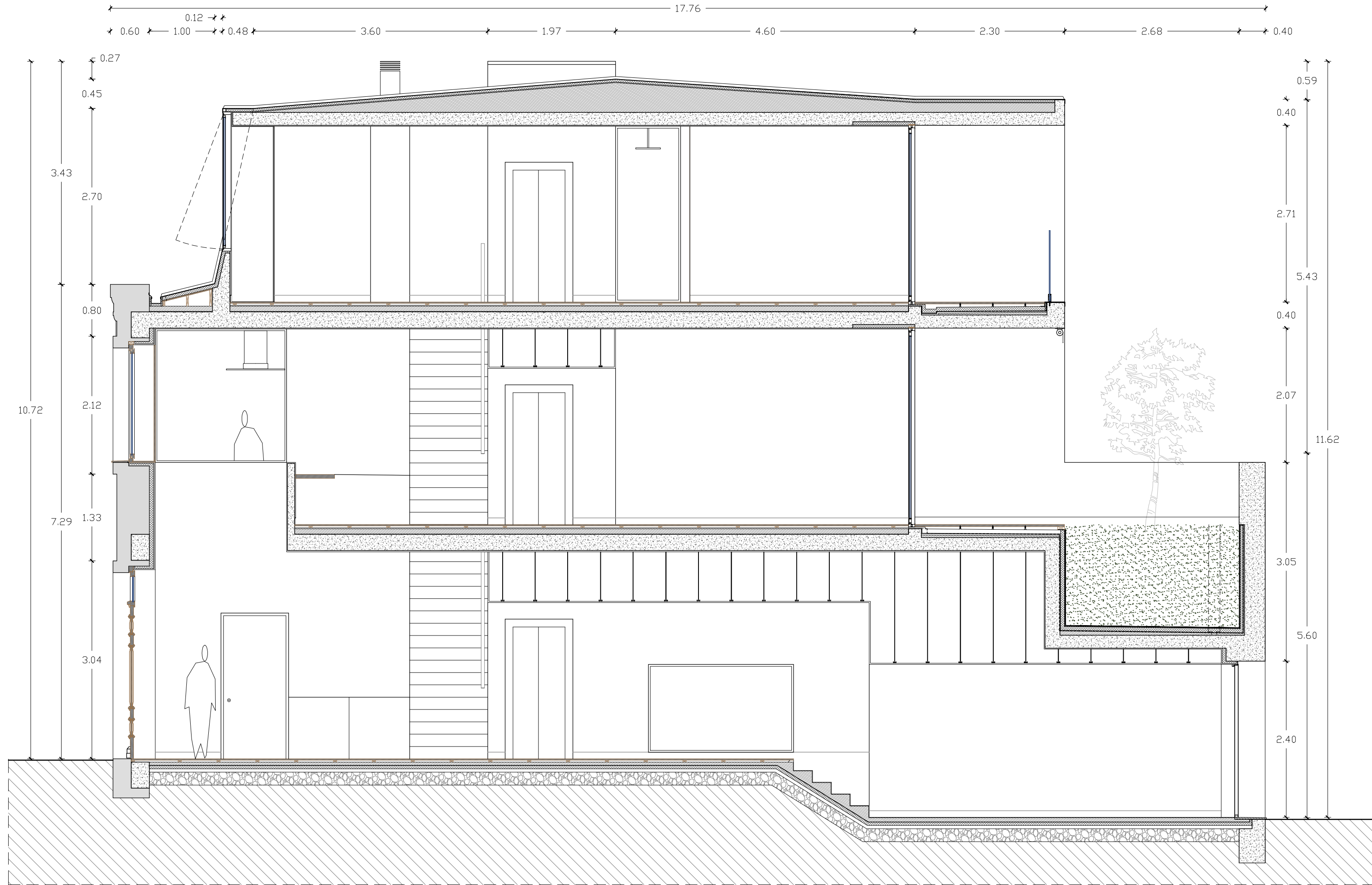
Anexo 2.2 | Planta Piso 1
Escala 1:50



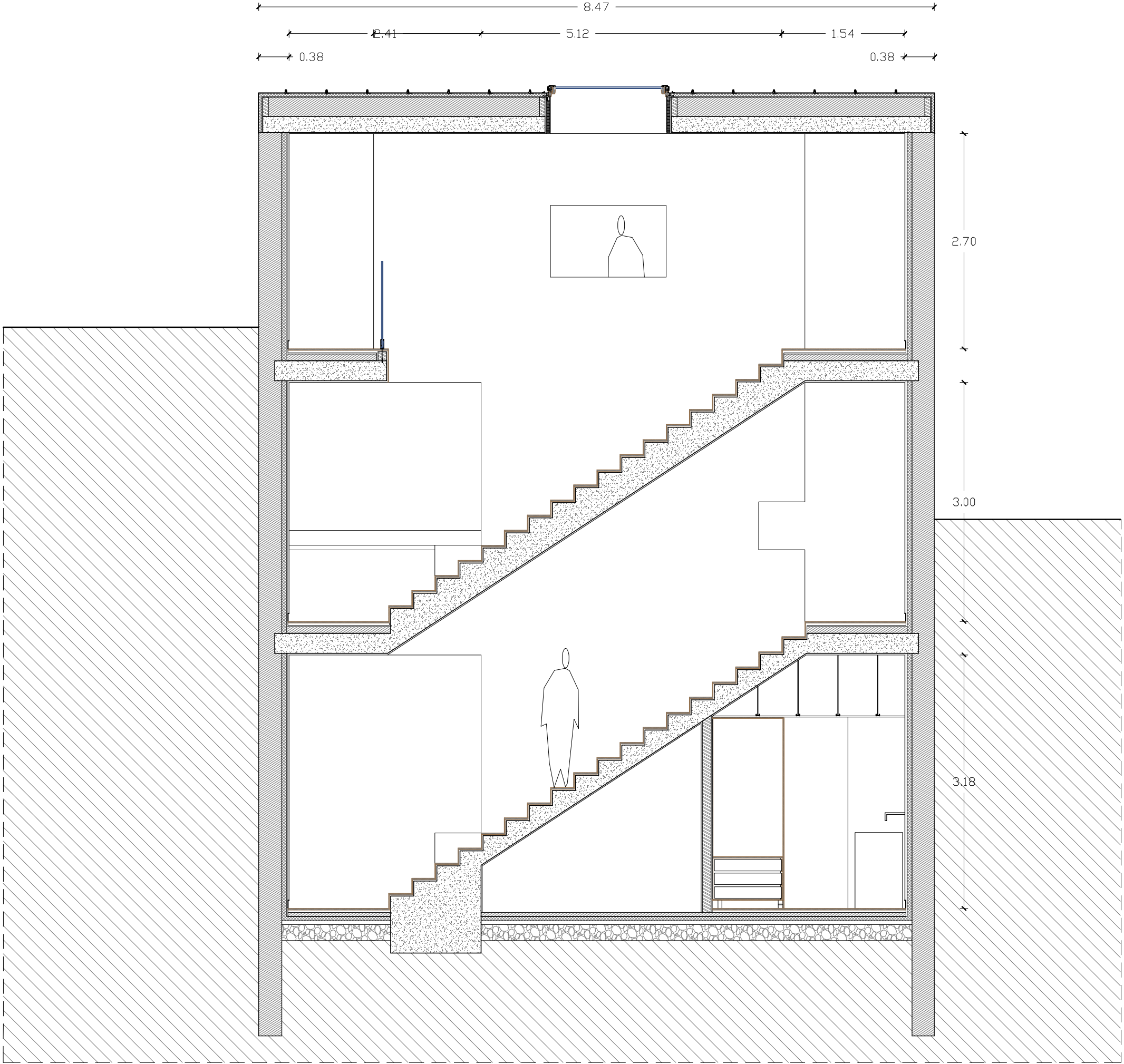
Anexo 2.3 | Planta Piso 2
Escala 1:50



Anexo 2.4 | Planta de Coberturas
Escala 1:50



Anexo 2.5 | Corte A
Escala 1:50



Anexo 2.6 | Corte B
Escala 1:50

